

ÍNDICE

ÍNDICE	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO	5
2.1. INICIATIVAS E ATIVIDADES RELACIONADAS COM A DIVULGAÇÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTO, DEBATES E REFLEXÃO SOBRE OS TEMAS DA ÁGUA	5
2.2. INICIATIVAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DO SECTOR	8
2.3. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS/REUNIÕES COM ENTIDADES EXTERNAS/COMUNICAÇÃO SOCIAL	8
2.4. INICIATIVAS PARA O REFORÇO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA APRH	9
2.5. REFLEXÃO SOBRE O PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA APRH	10
3. ASPECTOS OPERACIONAIS	10
3.1. SECRETARIADO	10
3.2. CONTABILIDADE	10
3.3. ASSOCIADOS	11
3.4. INSTALAÇÕES	12
3.5. EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO	12
3.6. PÁGINA DA INTERNET	13
4. FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	13
4.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	13
4.2. CONSELHO FISCAL	14
4.3. COMISSÃO DIRETIVA	14
4.4. CONSELHO GERAL	15
5. NÚCLEOS REGIONAIS	15
6. COMISSÕES ESPECIALIZADAS	16
6.1. ENQUADRAMENTO	16
6.2. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (CEAS)	16
6.3. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ÁGUA E ENERGIA (CEAE)	16
6.4. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE QUALIDADE DA ÁGUA E DOS ECOSISTEMAS (CEQAE)	19
6.5. COMISSÃO ESPECIALIZADA DA ZONA COSTEIRA E DO MAR (CEZCM)	20
6.6. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE ÁGUA (CESA)	21
6.7. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ÁGUA, AGRICULTURA E FLORESTA (CEAAF)	22
6.8. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE HIDRÁULICA FLUVIAL (CEHF)	23
6.9. COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES CULTURAIS (CEAC)	24
7. ACTIVIDADES EDITORIAIS	25
7.1. REVISTA "RECURSOS HÍDRICOS"	25

7.2. RGCI – REVISTA DE GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA/JOURNAL OF INTEGRATED COSTAL ZONE MANAGEMENT	27
7.3. OUTRAS PUBLICAÇÕES	45
8. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	46
8.1. BOLETIM INFORMATIVO	46
8.2. OUTRAS ACTIVIDADES.....	46
9. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E REPRESENTAÇÃO DA APRH	47
9.1 PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DA ÁGUA	47
9.2 PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS EXTERNOS	47
9.3 RELAÇÕES COM ENTIDADES NACIONAIS.....	48
9.4 RELAÇÕES COM ENTIDADES INTERNACIONAIS	49
10. SITUAÇÃO FINANCEIRA	49
ANEXO I - ORGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	50
ANEXO II - RELATÓRIOS DOS NÚCLEOS REGIONAIS	59
ANEXO III – CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	69

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cumprimento do disposto na alínea d) do Artigo 24.º dos Estatutos da APRH, a Comissão Diretiva submete à apreciação da Assembleia Geral o **Relatório e Contas do Exercício de 2015**, o qual, nos termos estatutários, é acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.

A atividade desenvolvida pela APRH em 2015 foi inspirada nas linhas gerais de ação consignadas no Programa de Atividades para o biénio 2014-2015, apresentado pela Comissão Diretiva na 77.ª Reunião do Conselho Geral da APRH de 30 de Junho de 2014. Referem-se em seguida, sumariamente, as principais linhas de atuação da Comissão Diretiva (CD):

- **Reforçar o carácter da APRH como fórum nacional de debate** científico e técnico sobre a água, **expressando publicamente as suas opiniões** em relação às temáticas estruturantes para o sector da água em Portugal
 - Promover a discussão e a tomada de posição sobre as políticas públicas, estabelecendo um contacto direto com as estruturas políticas e administrativas responsáveis pela sua elaboração e/ou execução
 - Reuniões Grupos Parlamentares, APA (ARHs), CCDRs, ANMP, Entidades responsáveis pela utilização dos fundos do Portugal 2020
 - Criação de Grupos de trabalho
 - Perceber os problemas específicos que enfrentam os vários utilizadores no sector da água
 - Reuniões com os grandes utilizadores da água, Associações do sector
 - Produzir textos de tomada de posição sobre a formulação e implementação das políticas públicas no sector da água
 - Notas de imprensa, artigos de opinião, conferências de imprensa.
- **Contribuir** empenhadamente, na medida da nossa missão, **para o avanço, difusão e aplicação do conhecimento no sector da água**
 - Criar condições de encontro entre as diferentes entidades interessadas no desenvolvimento de investigação (produtoras e utilizadoras) para propiciar o conhecimento de trabalhos já realizados e o diálogo fertilizador para a construção de novas propostas e parcerias
 - Workshops Temáticos por convite (Administração, Empresas, Universidades, Centros de Investigação)

- Difundir e discutir temáticas às quais serão atribuídas prioridades de financiamento nos anos que se avizinham no contexto da produção de conhecimento e inovação
 - Publicação da síntese dos workshops e de alguns dos eventos
- Dinamizar as atividades, de uma forma integrada, das Comissões Especializadas e dos Núcleos Regionais, tendo em vista a necessidade de reforçar a reflexão e a iniciativa em torno de domínios disciplinares essenciais às políticas públicas da água, salientando a importância da interdisciplinaridade
 - Reuniões CD, CE, NR, Eventos conjuntos, Boletim Informativo e contributos para a RH e RGCI.
- **Continuar uma política de abertura da APRH à sociedade**, proactivamente imprimindo transparência ao sector da água. **Promover a circulação/transferência de informação**, estimulando a participação de todos os associados, intervenientes e interlocutores no sector da água
 - Continuar a publicação de revistas temáticas e do Boletim Informativo, fazendo uma reflexão sobre a compatibilidade do seu formato atual com tendências editoriais de associações congéneres e, também, sobre a oportunidade de dinamizar novas publicações, diversificando a produção editorial
 - Prosseguir com a “Coleção Água, Ciência e Sociedade”
 - Consolidar o processo de renovação do site da APRH e desenvolver abordagens inovadoras para a sua dinamização: blogue, conteúdos, notícias (de proveniências e características variadas: sócios, cidadãos que pretendam contribuir para a monitorização/resolução de conflitos ou problemas da água, entidades públicas que produzem ou monitorizam informação), rede social de membros da APRH
 - Equacionar a criação de uma base de dados de informação de referência sobre políticas públicas do sector da água a ser integrada no site da APRH (promovendo, em articulação, iniciativas de discussão pública acerca deste tema, nas suas distintas vertentes)
 - Equacionar a criação de uma base de dados sobre recursos hídricos (centro de informação sobre a água) abrangendo publicações, links para bases de dados existentes, atividade científica realizada em Portugal, etc.
- **Ampliar a visibilidade internacional da associação**, aprofundando as ligações com associações congéneres e intervindo em fora internacionais

- Reforçar a interação com associações internacionais congéneres, tendo particular atenção ao espaço lusófono (ABRH, ABES, ACRH, ...), e apoiar a eventual criação de novas associações similares,
- Acordo IAHR
- Manter participação ativa no World Water Council. Envolver a APRH na preparação do próximo Fórum Mundial da Água em 2015 na Coreia
- Dinamizar parcerias com associações internacionais, com destaque para a Associação Internacional da Água (IWA - International Water Association), a Associação Internacional dos Recursos Hídricos (IWRA - International Water Resources Association), e a Associação Europeia da Água (EWA - European Water Association), e continuar a acompanhar os desenvolvimentos da Alliance of Water Associations.
- **Fazer evoluir a estrutura administrativa** no sentido de poder assegurar a prossecução dos objetivos estatutários da APRH com um **grau elevado de operacionalidade e eficiência e custos operacionais controlados**
 - Analisar a atual composição do Secretariado
 - Realizar um balanço das atividades e recursos gerados
 - Procurar diversificar fontes de financiamento - eventual alteração dos estatutos.

2. PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO

2.1. Iniciativas e Atividades relacionadas com a divulgação e partilha de conhecimento, debates e reflexão sobre os temas da água

2.1.1 Evento organizados pela APRH e pelas Comissões Especializadas e Núcleos Regionais

Ao longo de 2015 realizaram-se vários eventos e iniciativas no âmbito da missão da APRH de divulgação e partilha do conhecimento sobre os temas da água. Neste contexto, listam-se, em seguida, os eventos mais representativos realizados em 2015, por ordem cronológica:

- **06 de janeiro 2015 | Sessão "Reutilização de Água Residual Tratada.** (co-organização APRH/NRS; Fenareg). Beja
- **22 de janeiro 2015 | Sessão "Sustentabilidade do Uso da Água no Regadio.** (co-organização APRH/NRS; Fenareg). Faro
- **10 de março de 2015 | Planeamento dos Recursos Hídricos no Âmbito da DQA Desafios para 2016-2021.** (organização APRH), LNEC, Lisboa

- **09 e 10 de abril de 2015 | Seminário sobre Águas Subterrâneas.** (organização APRH/CEAS/NRS), Évora
- **4 de junho de 2015 | Temas e conclusões do 7º Fórum Mundial da Água - Testemunhos da participação Portuguesa,** (organização APRH), LNEC, Lisboa
- **05 de junho 2015 | Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia do Lis - Contributo das Entidades Locais.** (co-organização APRH/NRC / IPL / ESTG/JPL), Leiria
- **09 de junho de 2015 | Seminário "Inovação e Gestão Colaborativa para a Sustentabilidade das Zonas Costeiras".** (organização APRH/CEZCM), Braga
- **27 de julho de 2015 | 4th International Workshop on River and Reservoir Hydrodynamics and Morphodynamics, 27 de julho de 2015** (organização APRH/CEHF/IAHR),
- **28 a 30 de julho 2015 | Summer School on "Measuring techniques for turbulent open-channel flows",** (organização APRH/CEHF/IAHR), Lisboa
- **01 de outubro 2015 | Dia Nacional da Água - Organização Institucional e Operacionalização da Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal - Reflexão e Propostas** (organização APRH), Lisboa
- **01 de outubro de 2015 | Sessão Técnica Comemorativa do Dia Nacional da Água 2015,** (co-organização da APRH/NRC / ANQIP / UA), Aveiro
- **01 de outubro de 2015 | Comemoração do Dia Nacional da Água - Sessão de Cinema,** (organização APRH/CEAC), Lisboa
- **03 de outubro de 2015 | Passeio pela História e Cultura da Água no Bairro de Alfama** (organização APRH/CEAC), Lisboa
- **05 de outubro de 2015 | Exposição - Evocar a Sede para Nomear a Água - As Palavras da Água no Universo Touareg** (organização APRH/CEAC), Lisboa
- **14 a 16 de outubro de 2015 | VIII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa** (co-organização APRH / AMAIA / ACRH / ABRH), Aveiro
- **14 de outubro, 2015 | "Bate-papo virtual" ÁGUA: cooperação entre países de língua portuguesa,** (organização ABRH/APRH), Brasília-Coimbra
- **22 de outubro de 2015 | V Jornadas dos Recursos Hídricos Debater o Ciclo Urbano da Água** (organização APRH/NRS), Faro

- **22 a 27 de novembro | 12.º SILUSBA - Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Portuguesa** (co-organização APRH / ABRH / AQUASHARE / ACRH), Brasília
- **23 de novembro | Aberto Concurso para o “PRÉMIO APRH” - 2014/2015**
- **24 de novembro de 2015 | 6.º Seminário as Alterações Climáticas e os Recursos Hídricos** (organização APRH/NRN), Porto
- **27 de novembro de 2015 | IV Jornadas de Restauro Fluvial** (organização APRH/CEQAE), Lisboa
- **10 de dezembro de 2015 | Conferência sobre Políticas Públicas da Água - COPPA 2** (organização APRH), Lisboa

Várias destas iniciativas foram programadas e organizadas pelos núcleos regionais e pelas comissões especializadas da associação, e serão detalhadas nos capítulos seguintes do presente relatório.

- Releva-se ainda a atividade desenvolvida durante o ano de 2015 na preparação de eventos que se irão realizar em 2016, nomeadamente:
 - **13.º Congresso da Água**, Lisboa, 07 a 09 de março de 2016
 - **XVII SILUBESA** - Florianópolis, 06 a 09 de junho de 2016
- A APRH deu o seu apoio expresso junto do Director do Stockholm Water Prize and Stockholm Industry Water Awards, à nomeação do Eng Jaime Melo Baptista para o 2016 STOCKHOLM Water Prize.
- A APRH deu o seu apoio à candidatura do Prof. António Chambel para membro do World Water Council (integrando a lista da Associação Internacional de Hidrogeólogos.

2.1.2 Grupos de trabalho

- O Grupo de Trabalho “Organização Institucional de Gestão da Água em Portugal” presidido pelo Engenheiro António Eira Leitão e composto pelos seguintes vogais: Alexandra Brito, António Nascimento Pinheiro, Fernanda Santiago, Francisco Ferreira e Francisco Taveira Pinto, concluiu o seu trabalho com o lançamento, no Dia Nacional da Água, da publicação: *Organização Institucional e Operacionalização da Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal - Reflexão e Propostas*.

- Foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas da Água, presidido pelo Engenheiro Pedro Cunha Serra, que concluiu o seu trabalho com Organização da COPPA2 e aguarda-se a publicação de livro de conclusões deste encontro (prevista para o dia 22 de Março de 2016).

2.2. Iniciativas no âmbito da cooperação entre associações profissionais do sector

Continuou a dar-se particular atenção ao reforço das parcerias com as restantes associações profissionais; prosseguiu o desenvolvimento de iniciativas para fomentar a convergência entre associações, nomeadamente entre a APRH e a APESB e APDA, havendo também parcerias com outras associações. Neste âmbito, destaca-se:

- A atividade desenvolvida no âmbito da Comissão Nacional da Associação Internacional da Água (CNAIA).
- A organização de outros eventos em parceria (listados em 2.1).
- A participação ativa da APRH nas atividades da Parceria Portuguesa para a Água, através da sua representação no Conselho de Administração.
- A APRH expressou oficialmente o seu apoio à candidatura da PPA ao Projeto “P3LP - Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa”.
- A participação na organização do ACQUALIVE 2016.
- A participação no Conselho Estratégico da GREEN BUSINESS WEEK 2016
- A assinatura do Protocolo, a 14 de Maio de 2015, entre a APRH e a Academia Portuguesa da Água Dr. Francisco da Fonseca Henriques.

2.3. Participações em eventos/Reuniões com Entidades Externas/Comunicação Social

- Reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- Participação no Seminário “Apoios Comunitários para o Ambiente e Energia”, organizado pelo jornal *Água e Ambiente*.
- Representação da APRH no Colóquio “Água e Saneamento em Portugal - O Mercado e os Preços”,
- Participação na sessão “Os Municípios, a reestruturação e o futuro modelo organizacional dos serviços de água e saneamento em Portugal, organizado pela ANMP e pela APDA, em Coimbra.
- Participação na Sessão de apresentação pública da Academia Portuguesa da Água, Dr. Francisco da Fonseca Henriques, onde assinou um protocolo de colaboração entre as duas entidades.

- Participação no Workshop sobre a "Revisão do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa
- Participação no Painel sobre "Experiências Nacionais no Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas", integrado no Seminário organizado pela PPA - Parceria Portuguesa para a Água, sobre o tema Água para o Desenvolvimento - Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa.
- Participação na Conferência "Água para o desenvolvimento: Pontes e parcerias nos Países de Língua Portuguesa".
- Representação no lançamento do livro - Sinopse da Vida e Obra de Francisco da Fonseca Henriques, o " Dr. Mirandela", organizado pela Academia Portuguesa da Água Dr. Francisco da Fonseca Henriques.
- Representação da APRH na mesa redonda intitulada: "Desafios para a qualidade das massas de água em articulação com os setores da economia", integrada na 10.ª Expo Conferência da Água, organizada pelo grupo About Media.
- Participação na receção oferecida pela Embaixada da Argélia por ocasião do Dia Nacional da Argélia.
- Participação em Reuniões: Conselho Nacional da Água, Conselho Consultivo da ERSAR, Comissão Sectorial da Água do Conselho Nacional do IPQ,
- Participação em Reuniões do Conselho Estratégico da GREEN BUSINESS WEEK 2016.
- Participação em Reuniões do Grupo de preparação do ACQUALIVE 2016

Detalhes sobre estas e outras actividades da APRH podem ser encontrada na "Agenda da APRH" em <http://www.aprh.pt/index.php/pt/eventos-actividades/agenda-da-aprh/2015>

2.4. Iniciativas para o reforço da sustentabilidade económica e financeira da APRH

Fruto da enorme retração dos tradicionais apoiantes das atividades da Associação, a APRH tem vindo a perder patrocínios, embora o número de atividades e de eventos se tenha mantido.

Por outro lado, registou-se uma diminuição no número de associados, embora a taxa de cobrança das quotas tenha registado algumas melhorias.

Para agilizar o processo de pagamento da quota da APRH, em 2015 a CD entendeu analisar com o banco o pagamento através do débito direto. Esta modalidade foi informada aos associados no decorrer de 2015, tendo aderido 6 associados.

Relembrem-se as ações previstas para o biénio 2014-15 e identificadas no respetivo programa de atividades (Quadro 1):

Quadro 1: Ações previstas para o biénio 2014-15

Acções previstas para o biénio 2014-2015	Resultados conseguidos em 2015
Aumentar o número de novos associados, através da promoção de ações de divulgação da APRH.	Verificou-se uma diminuição do número de associados essencialmente devido à extinção das ARH's e à desvinculação de empresas do Grupo AdP
Diminuir significativamente o número de Associados com quotas em atraso através de campanhas de recuperação de quotas	Houve uma recuperação de cerca de 4600€ entre associados singulares e coletivos
Alteração dos valores da quota dos associados coletivos; o valor de 300 euros por ano passa a ser considerado como um valor mínimo, podendo o associado coletivo contribuir com um valor de quota superior.	Esta proposta foi apresentada a alguns associados coletivos no decurso do ano 2015, tendo-se levantado a questão sobre contrapartidas. A AdP já aceitou passar a pagar 2000€ anuais.
Rever as regras de pedido de patrocínios, no sentido da sua diversificação.	Houve o cuidado de não fazer coincidir os pedidos de patrocínios das várias organizações em curso, nomeadamente, no Congresso das Zonas Costeiras e no SILUSBA.

2.5. Reflexão sobre o passado, presente e futuro da APRH

O Grupo de Trabalho “Pensar a APRH” continuou com a reflexão sobre o presente e o futuro da APRH. O resultado deste trabalho será posteriormente levado a Assembleia Geral. O grupo é constituído pelos seguintes membros: coordenação Maria da Conceição Cunha (coordenação), Alexandra Serra, António Bento Franco, António Eira Leitão, Francisco Taveira Pinto, João Paulo Lobo Ferreira, Luís Veiga da Cunha, Miguel Azevedo Coutinho, Rodrigo Proença de Oliveira, Teresa Ferreira, Teresa Leitão, Vice-Presidentes e Vogais da CD.

3. ASPECTOS OPERACIONAIS

3.1. Secretariado

O Secretariado da APRH é, neste momento, constituído por:

- Ana Estêvão - Admitida em Julho de 1988.
- André Cardoso - Admitido em Agosto de 1993.
- Conceição Martins - Admitida em Outubro de 1994.

3.2. Contabilidade

A contabilidade da APRH é desde o início de 2013 assegurada pelo Secretariado da APRH, tendo a empresa ECOESTUDO, passado apenas a fazer a revisão de contas e a elaboração dos balancetes trimestrais e o balanço do final do ano.

3.3. Associados

No Quadro 2, indica-se o movimento de associados relativo aos anos de 2013 a 2015:

Quadro 2: Movimento de associados

Ano	Admitidos			Desvinculados			Variação de Efectivos		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Membros singulares	1	10	6	11	18	15	-10	-8	-9
Membros colectivos	0	0	1	4	12	5	-4	-12	-4

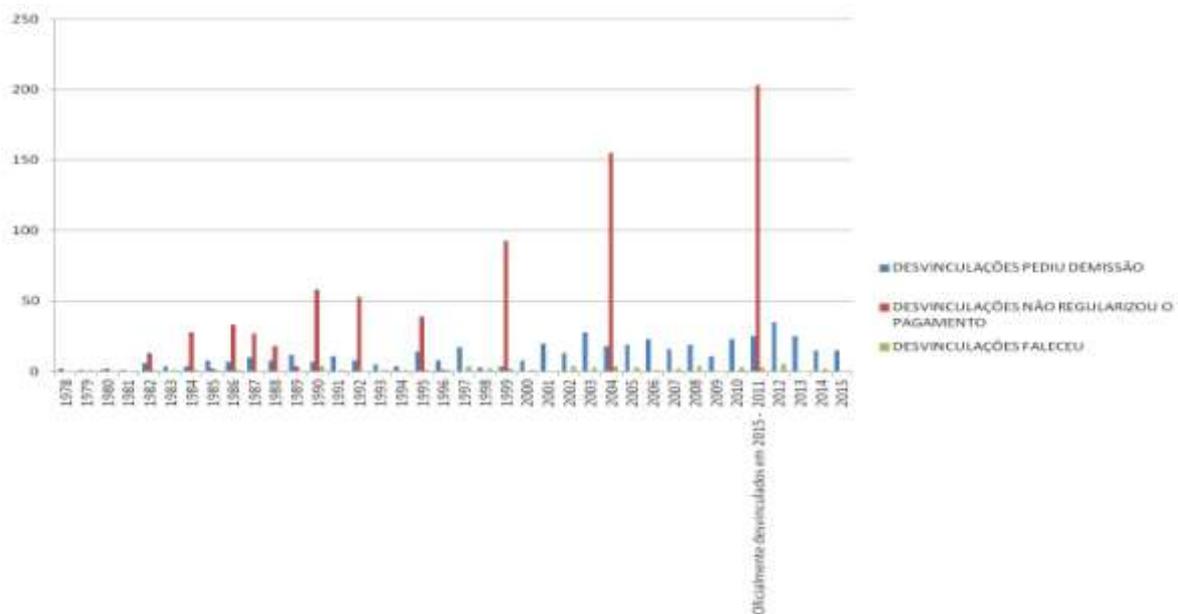


Gráfico 1: Gráfico das desvinculações desde 1977 até 2015

No Gráfico 1 apresenta-se a evolução da desvinculação de sócios desde 1978 até ao final de 2015. Nestes incluem-se os desvinculados por falecimento, por pedido de demissão e por não cumprimento do regulamento relativo ao pagamento de quotas. Em 2015 foi incluída em acta da Comissão Directiva a lista de sócios nestas últimas condições, já decidida em 2011. O Gráfico 2 já reflecte a variação ocorrida na sequência dessa desvinculação (apresentando, por isso, uma diferença no número de sócios relativamente aos gráficos inseridos em anteriores Relatórios de Atividades e Contas).

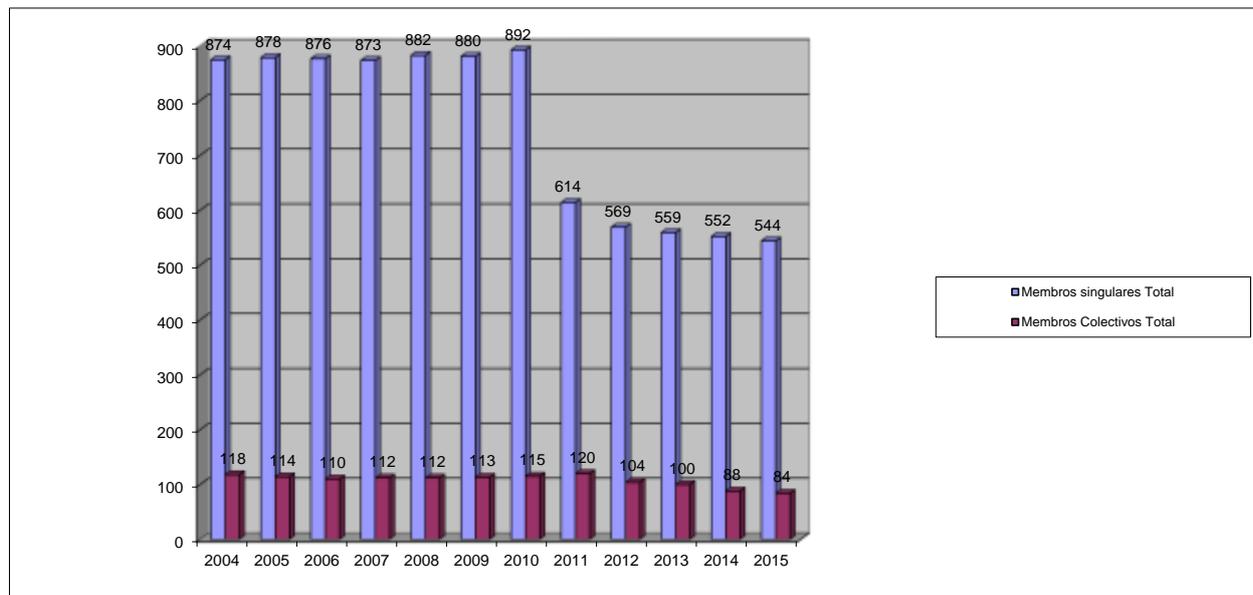


Gráfico 2 - Evolução do número de associados desde 2004

Durante o ano de 2015 participaram na organização da atividade da APRH mais de 140 associados, tanto nos seus órgãos sociais, como nos núcleos regionais, comissões especializadas, grupos de trabalho e nas diversas representações e organizações em que a APRH esteve envolvida.

Em anexo a este relatório (Anexo I), apresenta-se a lista dos associados que integram os principais órgãos, comissões e grupos de trabalho da APRH.

3.4. Instalações

As instalações da APRH, cedidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, localizadas no Departamento de Hidráulica e Ambiente, continuam a corresponder à ocupação das seguintes salas:

- 2 salas do secretariado.
- 1 sala de reuniões e de consulta de publicações.
- Espaço para arquivo

Realizaram-se obras de manutenção e melhoria estética numa das salas da APRH.

3.5. Equipamento e Mobiliário

Durante 2015 foram adquiridos os seguintes equipamentos informáticos e de software:

- Novo contrato leasing Impressora/fotocopiadora/scanner que a APRH tem com a Listopsis

- 3 licenças de um ano para antivírus G data.
- 1 licença de um ano para o programa inDesign CC MLP inglês 1y Subsc.-PROMO.
- Atualização de software (V5.27) que permite certificação de impressos.

3.6. Página da Internet

No início de 2015, foram feitas algumas alterações ao layout da página de entrada da APRH, das quais a mais relevante foi uma aplicação de slides para destacar eventos importantes, assim como a activação da caixa de pesquisa do site.

Na base de dados das publicações da APRH, que é acedida a partir do site, foram feitas também algumas melhorias de funcionamento do lado do administrador.

As plataformas (online) OJS (Open Journal Systems) e OCS (Open Conference Systems), que permitem, respetivamente, gerir a submissão de publicações e gerir a logística de eventos, foram atualizadas. Apesar de não terem ainda sido utilizadas desde a sua instalação, surgiu no último ano a necessidade de automatizar a gestão de submissão de publicações (OJS) na revista RGCI devido à crescente carga de trabalho e decorrente complexidade.

No final de 2015 o site da APRH foi bloqueado por a plataforma Joomla em que se baseia o site ter sido alvo de um segundo ataque informático nesse ano. O Joomla é uma plataforma muito vulnerável se não for constantemente atualizada, pelo que se decidiu, sem compromisso temporal, mudar o Joomla, bem como todos os conteúdos dos sites da APRH e a base de dados, para os servidores da empresa de comunicação e marketing digital ZALOX, com quem a APRH tem tido contratos de manutenção da página da internet. Enquanto durar esta situação o Joomla terá atualizações de software mensais, bem como uma análise em tempo real em regime de exclusividade.” O Joomla terá, enquanto na ZALOX, atualizações de software mensais, bem como uma análise em tempo real em regime de exclusividade.

4. FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os membros dos órgãos sociais listados nesta secção são aqueles que se encontravam em atividade a 31 de Dezembro de 2015.

4.1. Mesa da Assembleia Geral

A constituição da Mesa da Assembleia Geral da APRH é a seguinte:

- Rodrigo de Almada Cardoso Proença de Oliveira (Presidente)
- Pedro Bettencourt Correia Coutinho (Secretário)
- João Howell Pato (Secretário)

Em 2015, a Assembleia Geral reuniu uma vez. A 43.^a reunião da Assembleia Geral realizou-se a 21 de maio de 2015, pelas 18:00, na sala de reuniões do Departamento de Hidráulica e Ambiente do LNEC, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e deliberação sobre a ata da Assembleia Geral Ordinária da reunião anterior.
2. Informações.
3. Ratificação das decisões do Conselho Geral relativas ao preenchimento de vagas na Comissão Directiva e no Conselho Fiscal.
4. Ratificação de alterações da composição e presidência de Comissões Especializadas
5. Apresentação do Relatório e Contas relativo ao ano de 2014 acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal
6. Apresentação e discussão do Programa de Actividades para 2015/16.
7. Outros assuntos.

4.2. Conselho Fiscal

A constituição do Conselho Fiscal da APRH é a seguinte:

- Alexandra Serra (Presidente)
- Eduarda Beja Neves (Secretária)
- Luís David (Secretário) *

* em substituição do Prof. Francisco Taveira Pinto

Ao Conselho Fiscal foram enviados os balancetes e relatórios elaborados pela empresa "ECOESTUDO", para apreciação.

4.3. Comissão Directiva

A constituição da Comissão Directiva da APRH é a seguinte:

- Maria da Conceição Cunha (Presidente)
- António José Guerreiro de Brito (Vice-presidente)
- Francisco Taveira Pinto (Vice-presidente) *
- Manuel Oliveira (Vogal)
- Pedro Póvoa (Vogal)

* Substituição após pedido de demissão da anterior Vice Presidente Prof. Teresa Fidélis

4.4. Conselho Geral

A 79.ª reunião do Conselho Geral realizou-se a 21 de maio, pelas 16:30, na sala de reuniões do Departamento de Hidráulica e Ambiente do LNEC, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e deliberação sobre a ata do Conselho Geral anterior.
2. Informações.
3. Preenchimento de vagas na Comissão Directiva e no Conselho Fiscal.
4. Alteração da composição e presidência de Comissões Especializadas.
5. Apresentação e discussão do relatório e contas de 2014
6. Apresentação e discussão do Programa de Actividades para 2015/16.

A 80.ª reunião do Conselho Geral realizou-se no dia 09 de Dezembro, pelas 17:45, na sala de reuniões do Departamento de Hidráulica e Ambiente do LNEC, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e deliberação sobre a ata do Conselho Geral anterior.
2. Informações.
3. Eventos futuros organizados pela APRH.
4. Alteração da composição e presidência de Comissões Especializadas.
5. Política editorial da APRH
6. Discussão e recomendação sobre a política de quotização
7. Outros assuntos.

5. NÚCLEOS REGIONAIS

No Anexo II apresentam-se os Relatórios de Atividades dos Núcleos Regionais (da responsabilidade das Direções dos mesmos), assim como a respetiva constituição dos corpos diretivos.

6. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

6.1. Enquadramento

Descrevem-se neste capítulo as atividades das Comissões Especializadas durante 2015. Salieta-se o contributo de enorme valor que estas estruturas da APRH deram para a concretização dos objetivos fixados no programa de atividades.

Algumas das comissões sofreram alterações do nome e da sua composição. Os membros das Comissões especializadas listados nesta secção são aqueles que se encontravam em atividade a 31 de Dezembro de 2015.

6.2. Comissão Especializada de Águas Subterrâneas (CEAS)

COMPOSIÇÃO

Manuel Oliveira (Presidente)

Manuela Simões

Rosário Carvalho

José Paulo Monteiro

José Martins Carvalho

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEAS)

Organização, em conjunto com o Núcleo Regional Sul da APRH e a Universidade de Évora, do **10º Seminário sobre Águas Subterrâneas**, realizado na Universidade de Évora, Colégio Luís Verney, nos dias 9 e 10 de abril de 2015.

- Participação nas reuniões do Conselho Geral e da Assembleia Geral da APRH.

- Início da organização do **Encontro Técnico e Termal** previsto para as Termas de Entre-os-Rios, do INATEL. Por contratempos na organização este evento viu a data da sua realização ser adiada por duas vezes, prevendo-se, que aproveitando o trabalho já desenvolvido, este evento possa ser concretizado em 2016.

Manuel Oliveira, Janeiro de 2016

6.3. Comissão Especializada de Água e Energia (CEAE)

COMPOSIÇÃO

Mário Samora (Presidente)

António Sá da Costa

Francisco Freire de Carvalho
Pedro Manso

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEAE)

Durante o ano de 2015, não se conseguiu organizar atividades exteriores à própria comissão.

De facto, desde a entrada da Troika em Portugal, ficou estabelecido que toda a energia hidroelétrica que vier a resultar de novas unidades de produção, independentemente de as mesmas serem grandes, médias, pequenas ou micro, será colocada em estrito mercado livre, o qual tem sofrido uma acentuada descida das tarifas, impulsionadas para baixo pela vertiginosa descida do preços dos principais combustíveis fósseis.

Isto tem causado uma situação de total marasmo no mercado da hidroenergia em Portugal, que torna quase impossível mobilizar as pessoas para o assunto.

Em Janeiro de 2015, entendeu-se que o recém-criado "estatuto de autoconsumo" poderia, se devidamente adaptado à realidade da pequena e da micro produção hidroelétrica, criar uma oportunidade para viabilizar o aproveitamento do excesso de energia disponível em alguns sistemas de abastecimento de água urbanos.

Nesse sentido, o presidente da comissão enviou ao então Secretário de Estado da Energia, Dr. Artur Trindade, a seguinte missiva:

Exmo. Senhor Secretário de Estado

Eu, Mário Manuel de Carvalho Gonçalves Samora, enquanto Presidente da Comissão Especializada de Água e Energia da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, venho, por este meio, trazer à sua atenção a existência, em Portugal, de uma fonte de energia renovável que praticamente não é explorada e que, apesar de o seu potencial não estar ainda quantificado, sei que não é negligenciável.

Trata-se dos sistemas de abastecimento urbano de água, que pertencem a empresas municipais, ou a empresas participadas pela Águas de Portugal (AdP).

Em muitos desses sistemas, devido à topografia do terreno, verificam-se pressões hidráulicas excessivas, cuja energia potencial tem que ser dissipada por meio de válvulas redutoras de pressão ou por câmaras de perda de carga.

É possível substituir estas válvulas e câmaras por grupos turbina-gerador, produtores de energia elétrica, com potências instaladas, tipicamente, da ordem de algumas dezenas ou centenas de kW (mini-produção). Aliás, está em curso, neste momento, em Portugal e na Suíça, investigação no sentido de criar novas turbinas mais simples e mais baratas, para aplicar em sistemas de abastecimento de água.

Mesmo apenas com a tecnologia já hoje disponível no mercado, é perfeitamente possível pôr estes sistemas de abastecimento de água a produzir energia com um custo razoável.

As razões pelas quais tal não tem acontecido são várias e têm mais a ver com questões legislativas e administrativas, do que propriamente com as tarifas do mercado livre de eletricidade, embora, atualmente os valores muito baixos das mesmas não ajudem.

Como certamente sabe, a obtenção de autorização de injeção de energia na rede (num ponto próximo de uma instalação de produção de baixa potência) não é nem fácil nem simples. Por outro lado, com o desaparecimento das tarifas reguladas, a logística necessária para vender diariamente energia no mercado livre não está ao alcance dos detentores de pequenas instalações (com menos de 1 MW).

Neste âmbito, o recente Decreto-Lei nº 153/2014 de 20 de Outubro, ao criar a figura do autoconsumo, poderia ter dado origem a uma oportunidade para o aproveitamento desta energia, que é atualmente desperdiçada em sistemas de abastecimento de água. De facto, as mesmas empresas de abastecimento urbano de água que têm que dissipar energia em alguns pontos dos seus sistemas, por haver excesso de pressão, têm, simultaneamente, que gastar energia elétrica da rede pública em outros pontos desses mesmos sistemas, onde têm que ser introduzidas estações de bombagem ou de tratamento de águas. Por outras palavras, o consumo de energia líquido de energia em muitos sistemas de água pode ser fortemente reduzido, tornando-os muito mais eficientes e sustentáveis.

Infelizmente, ao exigir que a produção e o consumo sejam feitos dentro da mesma "instalação", o decreto-lei inviabiliza o aproveitamento desta energia excedentária em sistemas de abastecimento de água. De facto, estes sistemas são normalmente extensos e, muito frequentemente, podem distar vários quilómetros entre um ponto de energia excedentária e um ponto de consumo de energia.

O que solicito é que esta limitação seja eliminada, bastando que a entidade produtora seja também a entidade consumidora. Evidentemente que, nestes casos, teria que ser paga uma taxa pela utilização da rede pública para transporte da energia de A para B, mas a simplificação de procedimentos que daqui decorreria poderia bem ser o suficiente para tornar viável o aproveitamento desta fonte de energia, que está a ser desperdiçada neste momento.

Certo que este assunto merecerá a melhor atenção de Vossa Excelência, fico desde já ao seu dispor para eventuais esclarecimentos.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

Mário Manuel de C. G. Samora

C/conhecimento à APREN.

Esta missiva não mereceu, infelizmente, qualquer resposta da Tutela.

Tendo, entretanto, havido uma mudança de governo, pondera-se o reenvio da mesma carta ao novo secretário de estado.

Entretanto, a situação da hidroenergia na Europa Central nada tem a ver com o marasmo português.

A Suíça, por exemplo, além de ter tarifas reguladas muito atraentes para a pequena produção hídrica, está apostada em viabilizar o abandono da energia nuclear, estando a estabelecer a Estratégia Energética 2050 da Suíça, para a qual considera ser fundamental a contribuição de um aumento da produção hidroelétrica do país, apesar de o aproveitamento dos escoamentos naturais atingir já cerca de 90% do seu potencial.

Para esse fim, foi criada uma equipa de investigação, da qual faz parte o Eng^o Pedro Manso, o qual, apesar de estar atualmente sediado na Suíça, passou a fazer parte da nossa CEAE no início de 2015.

Está prevista a realização, em 2016, de um seminário em Portugal, no qual o Eng^o Pedro Manso irá apresentar à comunidade científica portuguesa o estado de desenvolvimento da investigação em curso na Suíça, bem como as possibilidades da sua transposição para Portugal.

Este seminário esteve para ser feito durante o ano de 2015, mas diversas dificuldades logísticas e de agenda impediram-no.

Mário Samora, Fevereiro de 2016

6.4. Comissão Especializada de Qualidade da Água e dos Ecossistemas (CEQAE)

COMPOSIÇÃO

Maria Teresa Ferreira (Presidente)

António Pinheiro

Rui Cortes

José Maria Santos

Margarida Cardoso da Silva

Isabel Boavida

Carina Almeida

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEQAE)

Acompanhamento dos assuntos relacionados com a temática da CEQAE.

Reunião da CEQAE em dezembro de 2015 para discussão de actividades e estratégias da CEQAE.

Organização das IV Jornadas de Restauro Fluvial dia 27 de Novembro, em Lisboa.

Teresa Ferreira, Janeiro de 2016

6.5. Comissão Especializada da Zona Costeira e do Mar (CEZCM)

COMPOSIÇÃO (até novembro de 2015)

José Simão Antunes do Carmo (Presidente)

João Manuel Alveirinho Dias

Ramiro Joaquim de Jesus Neves

Carlos Daniel Borges Coelho

Fernando Veloso Gomes

Francisco Taveira Pinto

António Trigo Teixeira

COMPOSIÇÃO (atual)

Ramiro Joaquim de Jesus Neves (Presidente)

José Simão Antunes do Carmo

João Manuel Alveirinho Dias

Carlos Daniel Borges Coelho

Fernando Veloso Gomes

Francisco Taveira Pinto

António Trigo Teixeira

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEZCM)

No ano de 2015, a CEZC esteve ativamente envolvida, ao longo de todo o ano e a diversos níveis, em múltiplas atividades, sendo de destacar:

- Ações apoiadas no âmbito do projeto Clima@EduMedia, projeto este que teve por objetivo, entre outros, sensibilizar os estudantes dos 2º e 3º ciclos do Ensino Secundário para as alterações climáticas (nomeadamente medidas de adaptação e mitigação):

> a primeira ação, sobre "Impactos das alterações climáticas nas praias e sistemas dunares", decorreu em 15 de abril com alunos do 7º ano da Escola Integrada Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, em Boliquiteime;

> a segunda ação, sobre "Destruição de praias e sistemas dunares devido à erosão costeira", decorreu em 07 de maio com alunos do 10º ano da Escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado, na Lourinhã;

> a terceira ação, sobre "A erosão costeira", decorreu em 20 de maio com alunos do 8º ano da Escola Básica Augusto Gil, no Porto;

> a quarta ação, sobre "Destruição de praias e sistemas dunares", decorreu em 25 de maio com alunos do 9º ano da Escola Joaquim Gomes Ferreira Alves de Valadares, em Gaia.

- Realização do Seminário sobre "Inovação e gestão colaborativa para a sustentabilidade das zonas costeiras", que decorreu na Universidade do Minho, em Braga, no dia 09 de junho.

- Realização do VIII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa, que decorreu na Universidade de Aveiro, em Aveiro, nos dias 14 a 16 de outubro. Em simultâneo com este Congresso Internacional, a CEZC esteve igualmente envolvida na realização da 1ª Conferência Internacional sobre "Turismo nas Zonas Costeiras - Oportunidades e Desafios"

José Simão Antunes do Carmo, Fevereiro de 2016

6.6. Comissão Especializada de Serviços de Água (CESA)

COMPOSIÇÃO

Luís Mesquita David (Presidente)

Ana Oliveira

António Carvalho Albuquerque

Helena Lucas

Marta Carvalho

Paula Freixial

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CESA)

1. Reuniões internas da CESA

Durante 2015, a CESA realizou uma reunião formal, a 9 de abril de 2015, com participação presencial no LNEC e por skype. Todas as restantes atividades, trocas de informação e decisões foram efetuadas por correio eletrónico, ou por contactos diretos entre membros da CESA.

2. Participação em atividades da APRH ou em representação da APRH

Membros da CESA representaram a APRH nas seguintes Comissões e reuniões:

- Na Comissão Sectorial para a Água (CS04) do IPQ, com participação em várias reuniões.
- No Grupo de Trabalho de Infraestruturas de Água, da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (GTIA-PTPC), através da colaboração no desenvolvimento de documentos e da participação nas reuniões de 21 de janeiro, 18 de fevereiro, 18 de março, 17 de junho e 2 de outubro.

- No júri dos Prémios de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2014, da ERSAR em colaboração com o Jornal Água&Ambiente, cuja cerimónia de entrega dos Prémios da vertente resíduos decorreu a 23 de abril de 2015, no 9º Fórum Nacional de Resíduos.

A CESA colaborou com o Núcleo Regional do Norte da APRH na receção de uma excursão técnica da Associação Finlandesa da Água ("Water Association of Finland"), que decorreu de 9 a 13 de setembro de 2015 no Norte de Portugal, através do apoio informal no planeamento do programa e do acompanhamento das visitas do dia 11.

O presidente da CESA participou nas reuniões 79.ª e 80.ª do Conselho Geral da APRH, a 21 de maio e a 9 de dezembro de 2015, respetivamente.

3. Organização de Seminários

Durante o ano de 2015, a CESA preparou um Seminário sobre a Proposta do Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas, a realizar desejavelmente durante o período de Consulta Pública da referida proposta. Face a adiamentos da proposta, a que a CESA é alheia, esse Seminário não aconteceu em 2015, prevendo-se a necessária adaptação do programa e a sua realização para 2016.

4. Síntese conclusiva

As atividades da CESA decorreram genericamente de acordo com o planeado, embora o Seminário sobre a Proposta do Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas ainda não tenha sido realizado, sendo desejável que tenha lugar durante o período de Consulta Pública, previsivelmente em 2016.

Luís Mesquita David, Fevereiro de 2016

6.7. Comissão Especializada de Água, Agricultura e Floresta (CEAAF)

COMPOSIÇÃO

António Campeã da Mota (Presidente)

Cátia Rosas

Carlos Pais

Alexandra Carvalho

Carlos Chibeles

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEAAF)

Durante o ano de 2015 a Comissão Especializada de Água e Agricultura precedeu a uma reorganização resultante de uma reflexão sobre o enquadramento desta Comissão num contexto que atenda aos desenvolvimentos que se têm vindo a sentir nos últimos anos no sector agrícola de regadio. Dessa

reflexão interna e com outras personalidades não ligadas à APRH resultou a importância de considerar a actividade silvícola como interessada em integrar esta Comissão quer pelo papel relevante no ciclo da água, quer como utilizadora do recurso não só na indústria transformadora mas também na própria produção, tema este que tem vindo a suscitar um enorme interesse de análise. Neste sentido foi proposto que a Comissão passasse a integrar a “Floresta” nos seus objectivos e alterasse a designação para CEAAF.

Campeã da Mota, Fevereiro de 2016

6.8. Comissão Especializada de Hidráulica Fluvial (CEHF)

COMPOSIÇÃO

Rui Ferreira (Presidente)

Ana Maria da Costa Ricardo

Elsa Maria da Silva Carvalho

Maria Manuela Carvalho Lemos Lima

Elsa Alves

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEHF)

Co-Organização do Workshop: **4th International Workshop on River and Reservoir Hydrodynamics and Morphodynamics**. Pavilhão de Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 27 de Julho de 2015. 30 participantes. Oradores Convidados: Dr.^a Maria Alexandra Oliveira (Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa), Dr. Ricardo Canelas (Instituto Superior Técnico), Eng. Afonso Ghira (Instituto Superior Técnico).

Co-Organização da Escola de Verão: **Measuring techniques for turbulent open-channel flows** Pavilhão de Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 28, 29 e 30 de Julho de 2015. 35 participantes. Oradores convidados: Dr.^a Ana Margarida Ricardo (Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal), Prof. Benoit Spinewine (FUGRO-Belgium and Université catholique de Louvain, Belgium), Prof. Francesco Ballio (Politecnico di Milano, Italy), Prof.^a Gökçen Bombar (Ege University, Turkey), Prof. Kenneth Kiger (University of Maryland, USA), Luis Mendes (Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal), Dr. Mário Franca (École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Switzerland), Prof. Rita F. Carvalho (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra, Portugal), Dr. Rui Aleixo (GHT-Photonics, Italy), Prof. Rui M.L. Ferreira (Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal).

Participação de membros da CEHF em eventos nacionais e internacionais

- **General assembly of the European Geosciences Union (EGU), 12-17 Abril 2015.** Organização da sessão “Granular Mechanics in the Geomorphological Context”. Apresentação de 2 posters e uma comunicação oral (Rui M.L. Ferreira).

- **IAHR World Congress Delft - The Hague, the Netherlands, 28 de Junho - 3 de Julho de 2015.** 3 comunicações orais (Rui M.L. Ferreira, Ana Margarida Ricardo).

- **M.S. Yalin Memorial Colloquium November 19-20, 2015, Palermo Italy.** Colaboração na organização e apresentação de uma comunicação oral (Rui M.L. Ferreira)

Rui Ferreira, Fevereiro de 2016

6.9. Comissão Especializada de Atividades Culturais (CEAC)

COMPOSIÇÃO

Luís Ribeiro (Presidente)

Pedro Clemente dos Reis

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 (Relatório enviado pela CEAC)

1 outubro 2015 - dia nacional da água

SESSÃO DE CINEMA no Auditório da Escola Secundária de Camões

Chuva de Joris Ivens

Douro Faina Fluvial de Manoel de Oliveira

Marinheiro de Água Doce de Buster Keaton

3 outubro 2015

PASSEIO HISTÓRICO-CULTURAL

As Águas de Alfama : das Cisternas às Termas

novembro - dezembro 2015

EXPOSIÇÃO no Museu de Engenharia Civil do IST

Evocar a Sede para Nomear a Água - As Palavras da Água no Universo Touareg.

Luis Ribeiro, Fevereiro de 2016

7. ACTIVIDADES EDITORIAIS

7.1. Revista "Recursos Hídricos"

Preâmbulo

À semelhança de anos anteriores, já em 2016 assistimos a acontecimentos que em nada abonam a favor das políticas de planeamento e gestão dos recursos hídricos que têm sido implementadas no nosso país para uma efetiva redução de riscos, ou pelo menos de mitigação de graves consequências, face a ocorrências mais adversas. Basta ter presente a cheia do passado mês de janeiro que conduziu a inundações com elevados prejuízos no Exploratório - Centro de Ciência Viva de Coimbra, no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e nos estabelecimentos comerciais do Parque Verde desta cidade, além de habitações e outros estabelecimentos situados em ambas as margens do rio Mondego.

Entre as ocorrências que invariavelmente são registadas no nosso país, ano após ano, incluem-se: *i)* perdas de território na zona costeira devidas à ação antrópica e a tempestades com efeitos cada vez mais devastadores, sendo disso exemplos as tempestades ocorridas em janeiro e fevereiro de 2014, *ii)* cheias devidas a precipitações mais intensas ou a imprevistos como o ocorrido em janeiro de 2015 com a rutura de uma conduta que liga as barragens do Alto Ceira e de Santa Luzia, e *iii)* inundações urbanas, de que é exemplo a ocorrência verificada no Algarve, em Albufeira, no passado mês de novembro, com prejuízos muito avultados particularmente em habitações e estabelecimentos comerciais.

Estes acontecimentos têm consequências que ultrapassam em muito o restrito período da sua ocorrência. Os prejuízos materiais e humanos são apenas as consequências imediatas e mais óbvias. É fundamental a implementação de políticas de planeamento e gestão dos recursos hídricos que tenham presentes os *princípios da prevenção e da precaução*, antecipando possíveis ocorrências imediatas e futuras que salvaguardem o património natural e construído, e seja adotada uma *atitude pró-ativa*, garantindo assim proteção patrimonial e ambiental apesar da incerteza.

Pela atualidade, frequência e previsibilidade com que ocorrem os eventos acima relatados, pelos prejuízos materiais e humanos que comportam, e ainda (ou fundamentalmente) pelas irreparáveis consequências ambientais que acarretam, estas temáticas são particularmente bem acolhidas para possível publicação na *Revista Recursos Hídricos*.

Atividade Editorial

Em 2015 foram submetidos 16 manuscritos para possível publicação no volume 36 da *Recursos Hídricos*. De entre estes, foram aceites com alterações e publicados onze artigos assim distribuídos: seis artigos no número 1 (maio) e cinco artigos no número 2 (novembro). Dos restantes manuscritos, dois foram recusados no processo de revisão e os outros três, não revistos ou com grandes alterações, transitaram para o volume 37 (ano de 2016) da *Recursos Hídricos*.

Na revisão dos artigos submetidos e publicados no ano de 2015 estiveram envolvidos 22 investigadores provenientes de Portugal, Brasil e Espanha.

É assim reconhecida a necessidade e importância de uma revista científico-técnica como a *Recursos Hídricos* para a publicação de resultados da investigação de qualidade que se produz fundamentalmente em Portugal e que é divulgada em língua portuguesa.

Lisboa, 30 de janeiro de 2016

O Diretor da *Recursos Hídricos*,(até Novembro de 2015, Volume 36, Nº 2)

José Simão Antunes do Carmo

Nota da Comissão Directiva

Como foi anunciado no Volume 36, nº2 de Novembro de 2015, José Simão Antunes do Carmo cessou funções como Director da *Recursos Hídricos*.

Nesse mesmo número da revista foi incluída a seguinte nota:

Nota sobre a evolução da “Recursos Hídricos”

A revista Recursos Hídricos, quando foi criada há 36 anos, veio preencher uma importante lacuna no universo científico e técnico na área dos recursos hídricos em língua Portuguesa, tendo constituído durante alguns anos um meio privilegiado para a publicação de artigos desta área. Entretanto o panorama editorial alterou-se, assim como mudou o tipo de publicações procurado pelos potenciais autores. Face a esta situação, entendeu-se ser necessário repensar o perfil até agora adotado pela revista. Nesta nova fase, procurar-se-á que ela seja um instrumento de referência para a divulgação, análise e discussão das atividades a nível nacional e internacional no domínio dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, considera-se espaço para a disseminação de progressos do conhecimento e das principais realizações profissionais dos técnicos portugueses. Pretende-se igualmente que a divulgação das atividades da APRH seja realizada de forma atrativa e substancial. Com este intuito serão nela incluídas sínteses dos objetivos e das conclusões dos eventos mais relevantes em que a APRH estiver envolvida.

Neste momento de mudança, queremos expressar ao Diretor cessante, o Professor José Simão Antunes do Carmo, o nosso reconhecimento pela dedicação demonstrada durante os longos anos em que exerceu o cargo.

Maria da Conceição Cunha

Presidente da Comissão Directiva da APRH

O Volume 37, nº1 da *Recursos Hídricos*, com um perfil renovado, vai ser lançado no dia 7 de Março, por ocasião da realização do 13º Congresso da Água. O novo Director é o Professor António Gonçalves Henriques. No Anexo I, ponto 4, pode encontrar-se a composição do corpo editorial.

7.2. RGCI – Revista de Gestão Costeira Integrada/Journal of Integrated Coastal Zone Management



Revista de Gestão Costeira Integrada

Journal of Integrated Coastal Zone Management

1. Introdução

No ano de 2015, a avaliar pelas submissões de manuscritos e por mensagens endereçadas aos editores, o *Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista de Gestão Costeira Integrada* (adiante designado simplesmente por “a Revista”) prosseguiu com a consolidação no seio da comunidade científica lusófona e ampliou a penetração na comunidade científica internacional.

Simultaneamente, continuou-se com o esforço de melhorar diversos aspectos da revista, imprimindo aos processos de submissão, avaliação e publicação aspectos de maior profissionalismo. Ao mesmo tempo, tentaram-se manter tempos de avaliação / publicação bastante reduzidos pelos padrões internacionais (um dos aspectos mais fortes da revista), ampliando também o rigor das avaliações (imprescindível para consolidar a imagem de qualidade na comunidade científica internacional).

Passo importante foi, também, a aceitação da revista para inclusão no SCOPUS, uma das maiores bases de dados internacional de literatura científica.

2. A Revista no contexto internacional das publicações científicas

2.1. Sistemas internacionais de publicação científica

O *Journal of Integrated Coastal Zone Management* está, actualmente, em processo de inserção nos frequentemente controversos sistemas internacionais de publicação científica. Para se compreender a situação existente neste campo é relevante atentar ao percurso efectuado pela edição de textos

científicos. Quando a Ciência moderna nasceu, no século XIX, a divulgação dos resultados científicos estava dependente dos morosos e dispendiosos processos de composição tipográfica, impressão em papel e distribuição. Desenvolveram-se, então, várias editoras especializadas que, compreensivelmente, cobravam pelos serviços prestados, vendendo tais textos científicos. As próprias instituições científicas vocacionaram-se, também, para a divulgação da Ciência que nelas se praticava, tendo aparecido múltiplos seriados (revistas, boletins, memórias, etc.) que eram distribuídos gratuitamente, por permuta ou vendidos a preços subsidiados. Essa prática perpassou transversalmente por todos os países, pois que não havia uma língua especificamente consignada para as publicações científicas.

No último quartel do século XX o contexto foi profundamente alterado pelo aparecimento dos recursos da internet e pela afirmação do inglês como língua científica internacional. Verificou-se muito forte concentração das editoras científicas internacionais e a esmagadora maioria dos seriados nacionais acabou por desaparecer. A divulgação dos resultados da investigação ficou de tal forma dependente dos recursos electrónicos que, actualmente, pode dizer-se que resultados científicos que não estejam, de uma ou de outra forma, disponíveis na internet e em inglês, praticamente não existem para o sistema científico internacional. Por essa razão, as grandes editoras científicas comerciais reconverteram o negócio: o importante deixou de ser o de vender directamente textos científicos aos investigadores / instituições, mas sim o de negociar com os estados / instituições o acesso às publicações através da internet, para tal recebendo destes verbas extremamente muito avultadas.

Como a publicação científica é um bom negócio, e como existe forte pressão de publicação nos diferentes sistemas científicos nacionais, e atendendo a que há cada vez maior demanda por publicações *open access*, surgiram, em concorrência com as grandes editoras científicas comerciais, novas editoras (novos negócios) que disponibilizam na internet, gratuitamente, os textos científicos, cobrando aos autores ou instituições as verbas correspondentes. Neste contexto, surgiu o que, normalmente, é conhecido como *predatory open access publishing*, ou seja, um modelo de exploração do negócio de publicação *open access* que cobra taxas de publicação sem, no entanto, fornecer os serviços editoriais e de publicação associados, inclusivamente não efectuando realmente uma avaliação por pares minimamente credível. Estas revistas predatórias expandiram-se rapidamente, em especial nos “mercados” de Ásia e África (de onde provêm três quartos dos autores de artigos publicados neste tipo de pseudo publicação científica). Em 2010 estima-se que tenham sido publicados desta forma cerca de 53 000, que cresceram para mais 420 000 artigos em 2014, publicados por cerca de 8 000 revistas deste tipo.

A actualidade é caracterizada pela existência, principalmente, de quatro formas de publicação científica (que utilizam a internet como veículo): a) as grandes editoras científicas comerciais (como a Elsevier), cujas revistas se estão a transformar, cada vez mais, em *e-journals*; b) editoras que publicam *e-journals* e que cobram aos autores / instituições para os artigos ficarem com *open access* (como as revistas do *PLoS - Public Library of Science*); c) editoras institucionais que, devido ao baixo custo da publicação através da internet, aí disponibilizam os artigos no sistema *open access*, sem disso fazerem negócio

(como o *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences*); d) editoras predatórias, que simulando ser editoras credíveis com avaliação por pares, publicam quaisquer artigos, desde que os autores paguem, sem seguir critérios de avaliação minimamente credíveis.

É um assunto controverso, que tem vindo a ser cada vez mais amplamente discutido em vários artigos recentes, nomeadamente das revistas *Science* e da *Nature*. A investigação científica é suportada, em geral, por agências financiadoras públicas; a estruturação e preparação dos artigos científicos é efectuada maioritariamente por investigadores dos sistemas científicos públicos; o trabalho de *peer review* é efectuada graciosamente por cientistas credenciados; os custos de publicação electrónica são bastante modestos quando comparados com os da impressão tipográfica. Assim, o investimento no processamento dos artigos é mínimo, pelo que é contestável que as editoras comerciais cobrem verbas muito avultadas pelo acesso (condicionado) a esses artigos. O tema reveste-se ainda de maior acuidade nalguns países, como os Estados Unidos da América, onde está muito acertadamente consignado o princípio de que o que é pago com verbas públicas deve estar livremente acessível para os cidadãos (que suportaram a produção dessa informação), o que, no caso vertente, não acontece. Acresce que tal é, ainda, limitativo para o desenvolvimento da investigação científica, por dificuldades existentes no acesso irrestrito a muitas das publicações relevantes, o que tem maior acuidade para os cientistas dos países menos desenvolvidos.

2.2. A revista

É nos interstícios destes sistemas de publicação científica que se situa o *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, que se assume como pequena revista do sistema internacional, com publicação exclusivamente electrónica (*e-journal*), com conteúdos inteiramente de *open access* e totalmente não comercializada, mas com exigente sistema de *blind peer review* e instigadora de investigação científica pluridisciplinar de elevado nível. Inicialmente vocacionada para o espaço lusófono, tem vindo a ampliar de forma muito significativa a penetração em países fora da lusofonia, atraindo com frequência crescente contribuições de investigadores do chamado primeiro mundo.

A revista assume, também, uma vocação profundamente pedagógica. Com frequência, os autores em início de carreira e não habituados às exigências das publicações científicas internacionais apresentam de forma deficiente os resultados da sua investigação e preparam os artigos de modo muito deficitário. Tais artigos, quando submetidos às grandes revistas internacionais, são liminarmente rejeitados, sem que os autores tenham a oportunidade de aprender como poderiam construir manuscritos de forma mais adequada. Um dos factores diferenciadores da revista é que as razões da rejeição são pormenorizadamente explicadas, sugerindo-se formas de melhorar a investigação e os manuscritos. Neste campo, os avaliadores (*reviewers*), provenientes de todo o mundo, na sequência das instruções que recebem, têm prestado, na maior parte dos casos, colaborações extremamente valiosas. Em vários casos, manuscritos que foram rejeitados são profundamente reformulados pelos autores e submetidos novamente, tendo como resultado a produção de artigos que, segundo os *reviewers*, atingem nível

internacional. Este tipo de actuação de índole pedagógica tem extrema relevância, principalmente para investigadores de países cientificamente menos desenvolvidos.

A Revista tem como objectivo a divulgação de investigação científica pluridisciplinar efectuada nas zonas costeiras, privilegiando a interdisciplinaridade. Assim, publica artigos provenientes quer das Ciências Exactas e Naturais, quer das Ciências Humanas e Sociais. Tenta, portanto, ocupar um espaço profundamente deficitário no panorama internacional das edições científicas. Neste contexto, e no sentido de divulgar internacionalmente a investigação desenvolvida por jovens autores e por investigadores de países menos privilegiados, incentiva fortemente a submissão de artigos redigidos em inglês, embora não preterindo definitivamente os redigidos em português.

Assim, progressivamente, a Revista tem vindo a conquistar e a alargar o seu nicho de actuação no sistema científico internacional.

3. Consórcio editorial

Tal como concebido desde início, em 2007, o *pool* editorial do *Journal of Integrated Coastal Zone Management* tem geometria variável por forma a que, progressivamente, se consigam colmatar carências e se progrida numa senda de cada vez maior profissionalismo e credibilidade.

No ano de 2015 a UFRN - Universidade Federal de Rio Grande do Norte passou a integrar o consórcio editorial que edita a revista, responsabilizando-se, entre outras acções, pela revisão de textos em português do Brasil.

Assim, o consórcio editorial que publica a revista é actualmente constituído por:

- APRH - Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, responsável pelo secretariado de rotina e pela manutenção da *web page* da revista, estando presentemente a adaptar a plataforma de submissão on-line.
- CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental, que assegura a coordenação geral e o desenvolvimento dos processos, procede à formatação dos artigos, e suporta a preparação dos materiais para serem integrados na plataforma SciELO.
- UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, que efectua divulgação da revista e se responsabiliza por alguns números especiais, estando neste momento a equacionar a possibilidade de ampliar significativamente a sua participação no processo editorial da revista.
- UFRN - Universidade Federal de Rio Grande do Norte, responsável pela revisão de textos em português do Brasil

Há outras instituições interessadas em integrar o consórcio editorial, estando-se actualmente na fase de conversações prévias. É de relevar a importância da integração de novas instituições que permitam colmatar algumas das limitações existentes no processo de produção da revista. Seria muito útil, entre outras, assegurar um melhor apoio informático, designadamente para se poder beneficiar das

potencialidades intrínsecas ao *CrossRef* e às percepções dos impactes que os artigos da revista têm na comunidade científica internacional. Tendo em consideração a afirmação da revista no panorama da literatura científica internacional, é importante conseguir que instituições não lusófonas, nomeadamente anglófonas, venham no futuro a integrar o consórcio editorial.

4. Alterações nos processos da revista

Na continuidade dos processos de melhoria da revista, alguns procedimentos foram alterados e o conteúdo da *web page* foi modificado, prosseguindo as modificações no futuro próximo. Entre essas modificações relevam as seguintes:

- Adopção de processos de *blind peer review* restritivos, em que os *reviewers* não têm acesso à identidade dos autores
- Inclusão da *Publication ethics and malpractice statement*, a qual era imprescindível para avaliação da revista pelo Scopus.
- Explicitação das *Submission Guidelines*, introduzindo maior rigor na submissão de manuscritos (tipo de artigo, linhas numeradas, etc.).
- Introdução na *web page* de uma secção com instruções sobre *Revision of the manuscript*.
- Incentivo à submissão de manuscritos segundo o modelo que tem vindo a ser adoptado pelas principais revistas internacionais, em que os artigos são sucintos, apresentando o que é cientificamente novo, estando os textos de enquadramento e os dados de base integrados em *supporting information*.

5. Submissão de manuscritos

Como se referiu, no ano de 2015 adoptaram-se princípios mais restritivos na submissão de manuscritos. Decidiu-se, também, não aceitar submissões que não estivessem devidamente preparadas e que não tivessem as condições estipuladas. Como resultado, embora considerando as tentativas de submissão falhadas o número tenha aumentado um pouco relativamente ao ano anterior, a quantidade de submissões bem sucedidas diminuiu um pouco.

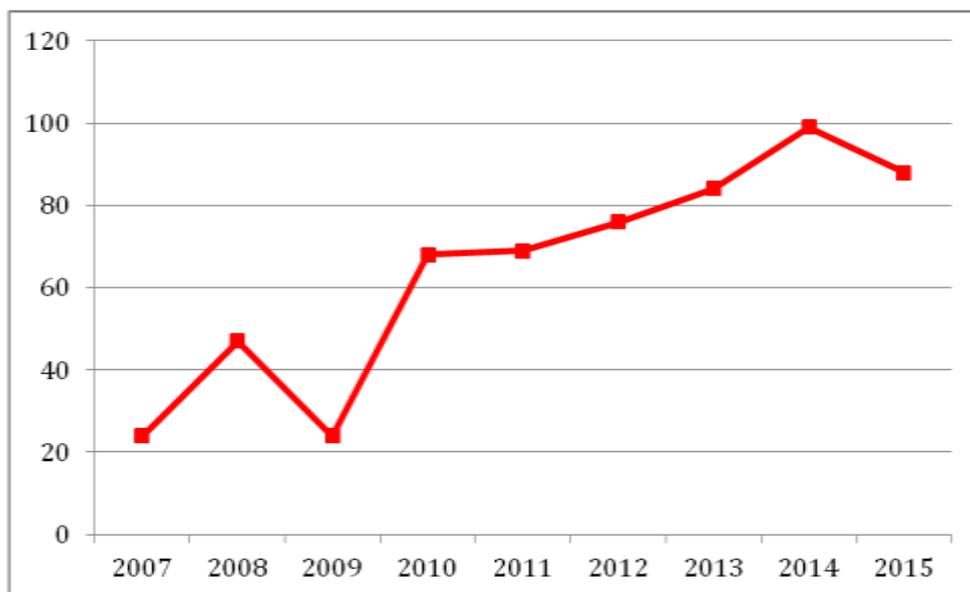


Figura 1 - Quantidade de manuscritos submetidos à Revista entre 2007 e 2015

Seguindo a tendência verificada dos anos antecedentes, continua a verificar-se que a maioria das submissões (54,1%) teve proveniência nos países lusófonos, com dominância de manuscritos provenientes do Brasil seguidas das que tiveram origem em Portugal. Porém, verifica-se que esta dominância de submissões a partir do Brasil tem vindo, progressivamente, a atenuar-se, principalmente devido a ampliação do número de manuscritos provenientes de países não lusófonos.

Em consequência das estratégias adoptadas para ampliar a submissão de manuscritos redigidos em inglês, a quantidade de artigos submetidos nesta língua ampliou-se ligeiramente relativamente a 2014 (figura 2). Espera-se que, com a concretização de medidas que estão a ser adoptadas no sentido da maior internacionalização da revista, a quantidade de submissões em inglês aumente de forma significativa.

É de relevar o expressivo aumento, desde 2012, de submissões provenientes de países não lusófonos, o que traduz a progressiva penetração da revista na esfera científica internacional. Em 2015 as submissões envolveram 285 autores, a maior parte dos quais do Brasil (53%) e de Portugal (17%). É de relevar o expressivo aumento de autores da América do Sul não lusófona e a ampliação de autores radicados na Ásia que, neste ano, atingiu 4% (figura 3). A percentagem de autores da Europa não lusófona tem oscilado, atingindo em 2015 quase 10%. Pelo contrário, verifica-se diminuição percentual de autores cuja filiação científica é africana, que desceram de 7% em 2013 para pouco menos de 4% em 2015.

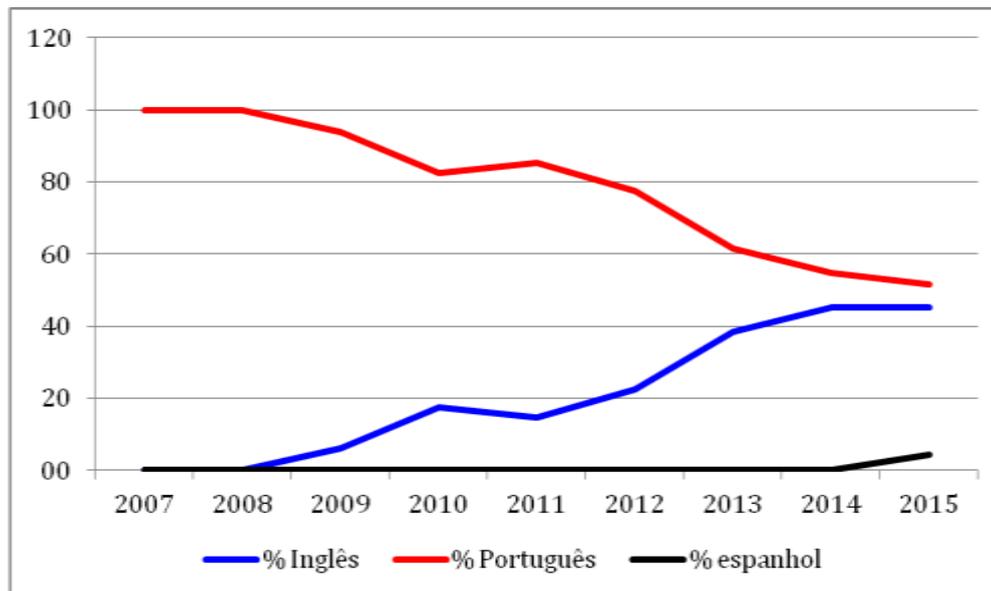


Figura 2 - Percentagens de manuscritos submetidos à RGCI/JICZM, entre 2007 e 2015, redigidos em inglês, português e espanhol.

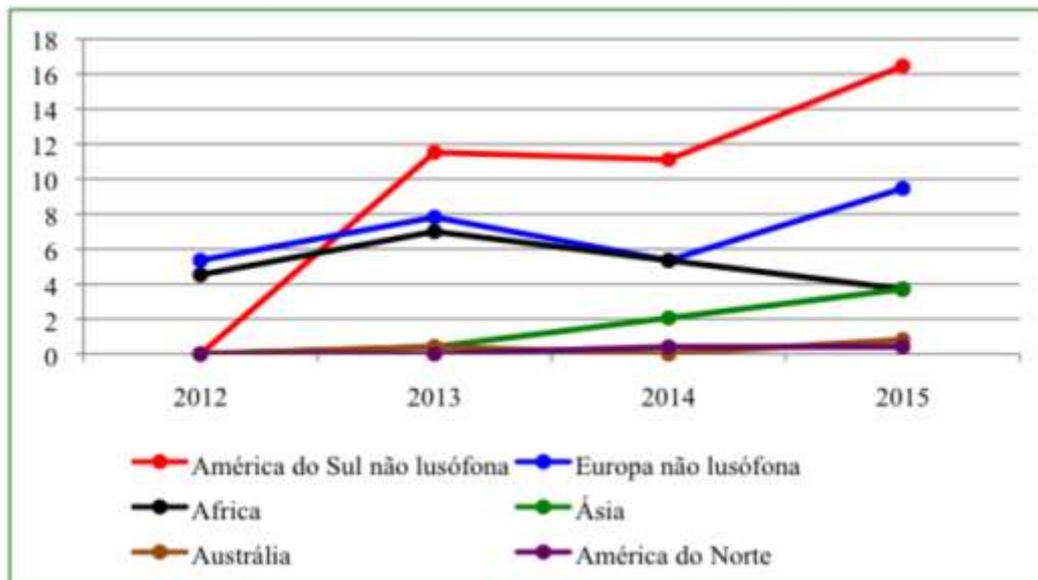


Figura 3 - Proveniência dos autores não lusófonos (segundo a filiação científica e em percentagens do total) de artigos submetidos à RGCI/JICZM, entre 2012 e 2015.

6. Avaliação de manuscritos

6.1. Corpo de avaliadores

O corpo de avaliadores utilizado no ano de 2015 abrangeu 213 avaliadores sediados em 35 países diferentes (Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Costa Rica,

Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Holanda, Índia, Israel, Itália, Macau, México, Moçambique, Marrocos, Moçambique, Nova Zelândia, Noruega, Oman, Portugal, Reino Unido, Roménia, Rússia, Sri Lanka, Suíça, Taiwan, Tailândia, Uruguai, Venezuela. A maior parte dos avaliadores é do Brasil (65) e de Portugal (55). Os restantes avaliadores são de todos os continentes (figura 4).

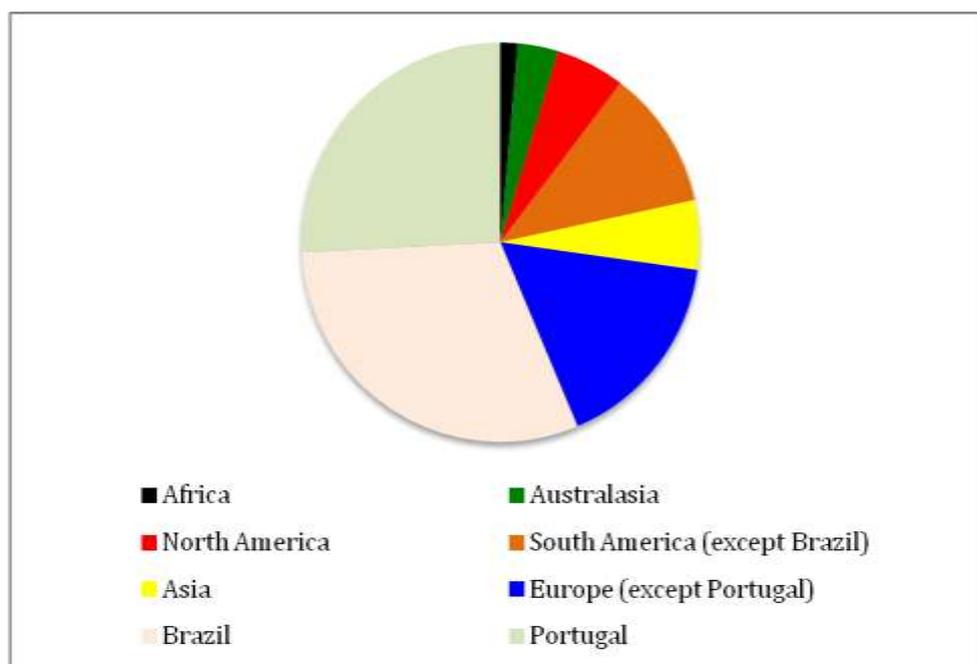


Figura 4 - Proveniência dos avaliadores (segundo a filiação científica) utilizados em 2015.

A grande maioria dos avaliadores é do Brasil (30,5%) e de Portugal (25,8%). A percentagem de avaliadores de outros países lusófonos é residual (0,9%). A participação de avaliadores de países não lusófonos é cada vez mais expressiva (44%), sendo provenientes de todas as regiões do mundo: Europa (16,4%), América Latina (11,3%), Ásia (5,6%), América do Norte (5,6%), Australásia (3,3%) e África (1,4%).

A proveniência detalhada dos avaliadores utilizados no biénio 2014-2015 encontra-se expressa na figura 5.

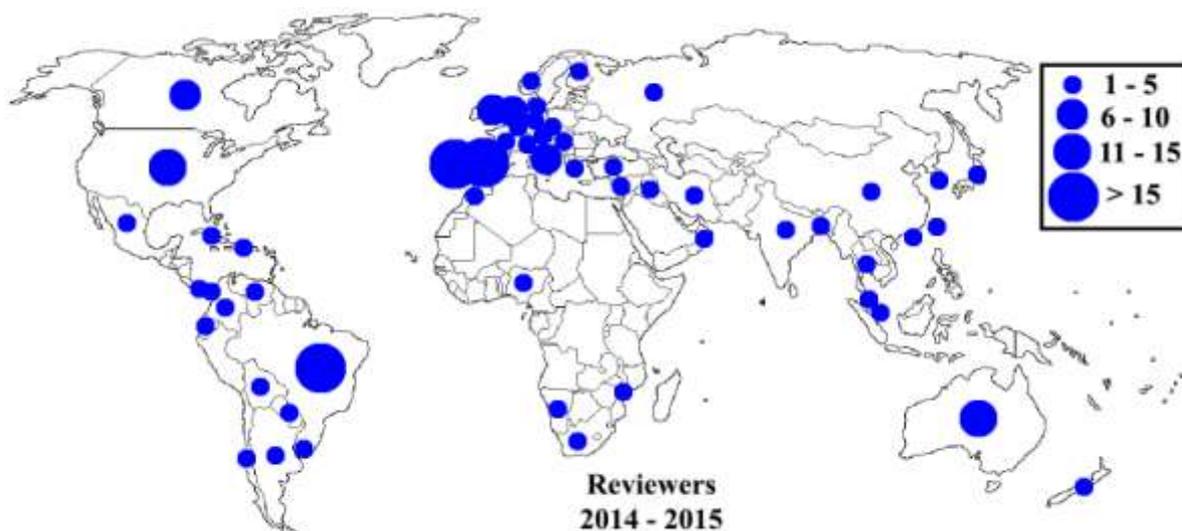


Figura 5 - Proveniência dos avaliadores (segundo a filiação científica) utilizados no biênio 2014-2015.

6.2. Tempos de avaliação

Através da colaboração empenhada do corpo internacional de avaliadores acima aludido conseguiu-se que os tempos de avaliação continuassem a ser reduzidos, correspondendo a média desses tempos a 35,6 dias, sendo o mínimo de 6 dias e o máximo de 66 dias. Estes valores, embora ligeiramente mais longos do que os de 2014, tendem a consolidar a tendência verificada desde 2012 (Figura 6).

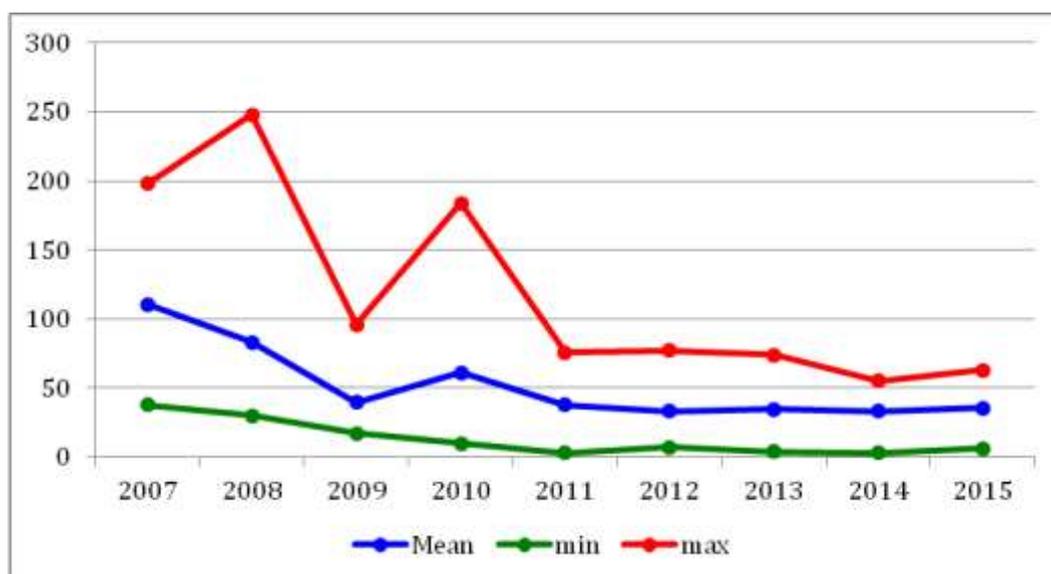


Figura 6 - Evolução das médias, mínimos e máximos dos tempos de avaliação, em dias, entre os anos 2007 e 2015

É essencial para a revista manter tempos rápidos de avaliação, pois que tal constituiu um dos factores de maior importância face à concorrência no panorama internacional. Todavia, tal tem que ser acompanhado por critérios de avaliação cada vez mais rigorosos por forma a que a imagem de elevada qualidade científica da revista se vá progressivamente ampliando. Esse rigor nas avaliações pode ser aferido (pelo menos parcialmente), como se verá mais à frente, pelos resultados das avaliações.

6.3. Avaliadores por manuscrito

Verificou-se que a utilização de apenas dois avaliadores por manuscrito era restritivo e, por vezes, problemático. Se um dos avaliadores acaba por não enviar o seu relatório de avaliação, o que por vezes acontece, embora raramente, torna-se necessário procurar novo avaliador, o que faz com que o tempo de avaliação se prolongue muito para lá do que é aceitável para os padrões da revista. O mesmo acontece quando um dos avaliadores produz um relatório inaceitável, tipo “é de publicar”. Por outro lado, quando os relatórios de avaliação são antagónicos, ou seja, por exemplo, quando um dos avaliadores sugere “aceitar com pequenas modificações” e o outro aconselha “rejeição”, deixa o editor numa posição delicada, principalmente se não domina inteiramente o tema. Assim, em 2010 decidiu-se tentar ter pelo menos 3 avaliadores por manuscrito.

Em 2015 utilizaram-se, em média, para cada manuscrito, 3,4 avaliadores (figura 7). Além de tal resolver os problemas acima aludidos, verifica-se que os autores reagem muito positivamente a este procedimento, sendo frequentes as mensagens em que agradecem as críticas construtivas e muitas vezes complementares expendidas pelos avaliadores.

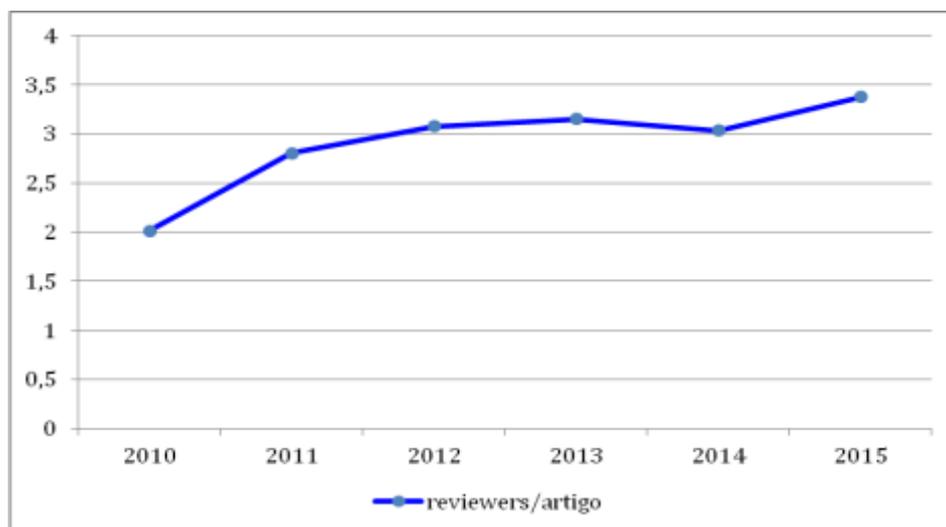


Figura 7 - Evolução do número médio de avaliadores por manuscrito, entre 2010 e 2015

6.4. Resultados das avaliações

Os resultados das avaliações reflectem o cuidado e o rigor com que, em geral, os avaliadores desenvolvem o trabalho que lhes foi cometido. Os resultados das avaliações dos manuscritos submetidos em 2015 estão expressos no Quadro I.

Quadro I

Resultado	Percentagem
Sem modificações	0,0%
Pequenas modificações	8,9%
Modificações moderadas	21,4%
Grandes modificações	48,2%
Rejeitados	21,4%

Verifica-se que, tal como nos anos anteriores, nenhum dos manuscritos submetidos foi aceite sem que fossem exigidas alterações. Os artigos cujas decisões editoriais foram no sentido de exigir apenas pequenas alterações correspondem só a cerca de 9% do total. Para a grande maioria dos manuscritos foram exigidas modificações moderadas ou grandes modificações.

É de relevar a elevada proporção de manuscritos que foram rejeitados (21,4%), o que parece expressar a seriedade e rigor com que os avaliadores analisam os manuscritos submetidos.

A evolução dos resultados das avaliações entre 2009 e 2014 está expressa na figura 8.

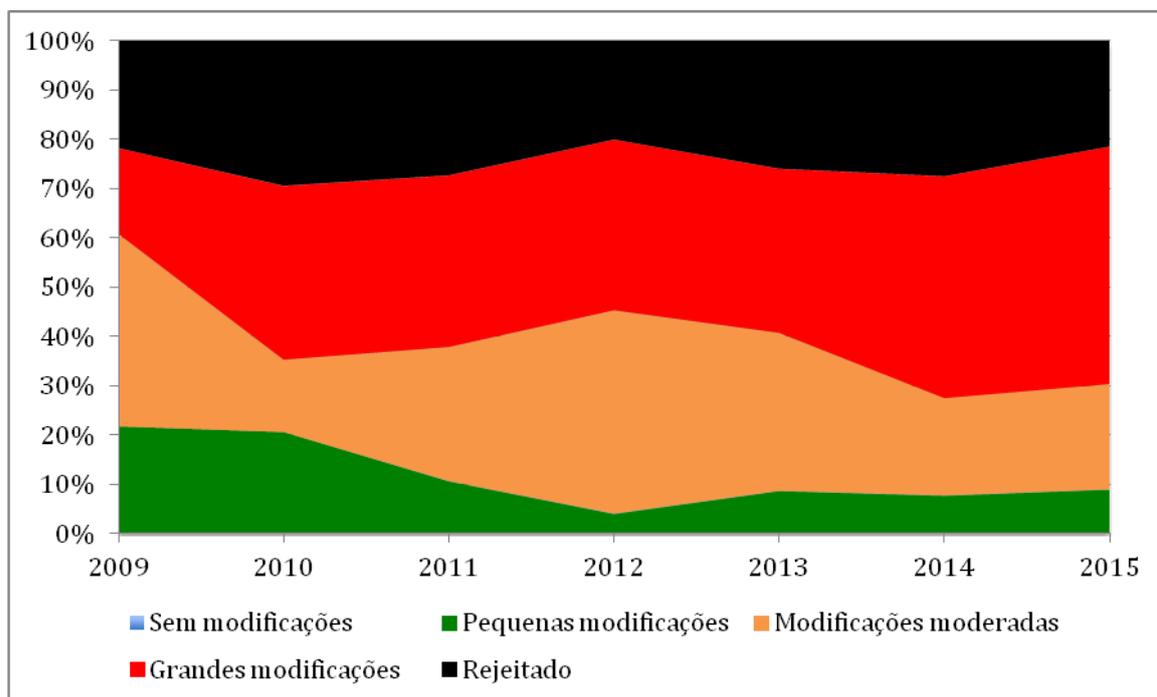


Figura 8 - Evolução dos resultados das avaliações, entre os anos 2007 e 2015

É de referir que, além dos artigos rejeitados, 16,1% dos manuscritos avaliados não tiveram seguimento posterior devido a três causas: os autores desistiram face ao volume das modificações solicitadas; os avaliadores consideraram que os manuscritos reformulados não atingiam ainda condições mínimas de publicação; os autores não conseguiram efectuar as modificações solicitadas no período concedido para tal (três meses).

7. Publicação

7.1. Números publicados em 2015

Nos quatro números do volume 15, de 2015, foram publicados 41 artigos. Um desses números foi temático, o 15(1), dedicado a “Estuarine and Coastal Morphodynamics”, sendo os outros três números “normais”.

7.2. Língua de publicação

A maior parte dos artigos (cerca de 70%) publicados em 2015 estão redigidos em inglês (figura 9). Tal confirma a tendência de ampliação percentual de artigos publicados em inglês. Com efeito, correspondendo estes artigos, em 2010, a apenas cerca de 5,9% do total, essa percentagem passou para 52% em 2014, e para 69,0% em 2015.

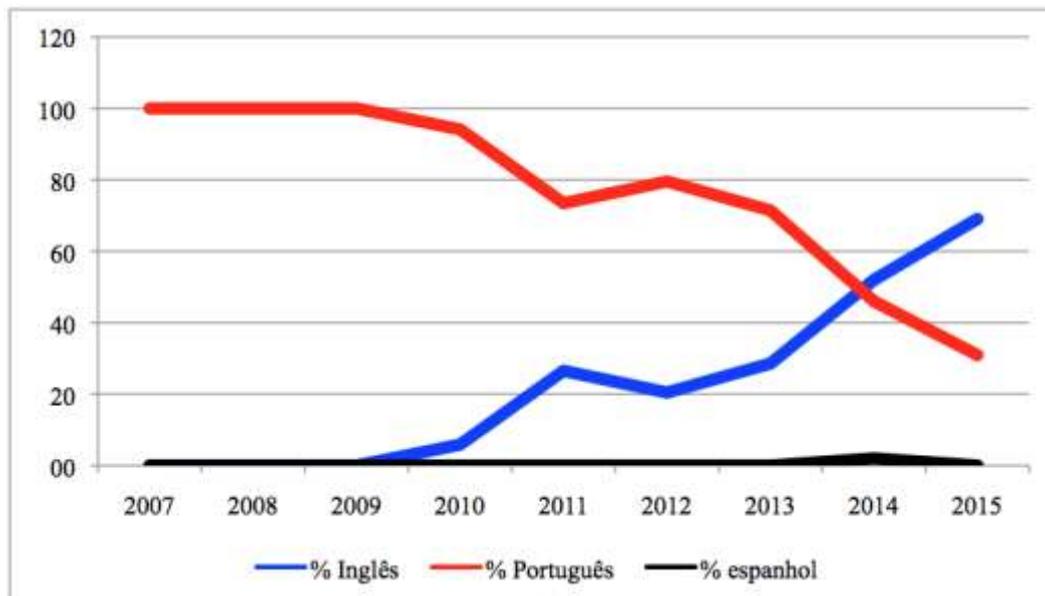


Figura 9 - A percentagem de artigos em inglês tem vindo progressivamente a aumentar, tendo atingido cerca de 70% em 2015

7.3. *Articles in press*

Como é prática que se tornou normal nas revistas científicas internacionais, também no *Journal of Integrated Coastal Zone Management* os artigos são previamente publicados on-line como *articles in press*, ficando a aguardar a integração num numero específico da revista. Na realidade, actualmente, a data de publicação on-line é a efeméride mais importante no processamento de cada artigo, pois que é essa a data em que fica disponível para ser consultado e citado pela comunidade científica internacional.

No final de 2015, estavam publicados on-line como *articles in press* 15 artigos, dos quais 6 redigidos em inglês, 7 em português e 2 em espanhol). Um artigo (em inglês) aguarda publicação on-line.

7.4. Origem dos autores

A maioria dos autores dos artigos publicados em 2015 é proveniente, segundo a filiação científica, do Brasil (33,7%) e de Portugal (27,7%). Tal significa que mais de 38% dos autores são de outros países, com maior relevância para países da América Latina.

É interessante comparar estes dados com os dos autores de artigos submetidos, em que cerca de 53% são provenientes do Brasil. Tal parece significar, o que é confirmado pela análise dos processos de avaliação, que muitos autores brasileiros submetem os manuscritos sem que estes estejam amadurecidos do ponto de vista científico. Aliás, este foi um dos factores que esteve na base da decisão referida no ponto 4, de se ser bastante mais criterioso na aceitação das submissões, rejeitando logo (não seguindo, portanto, para avaliação) os manuscritos deficientemente preparados.

No que se refere aos autores de outros países, é de relevar o grande crescimento percentual de autores da América do Sul (figura 10). Porém, tal crescimento é, possivelmente, esporádico, podendo decrescer

de forma acentuada em 2016. A percentagem de autores europeus não portugueses tem estado mais estabilizada em torno de 6%, esperando-se que venha a crescer como resultado da indexação pelo Scopus e de acções de divulgação da revista que venham a ser desenvolvidas. Quando a autores africanos, as percentagens têm oscilado entre 1,5% e 7,5%. As percentagens de autores da América do Norte, da Ásia e da Austrália é residual.

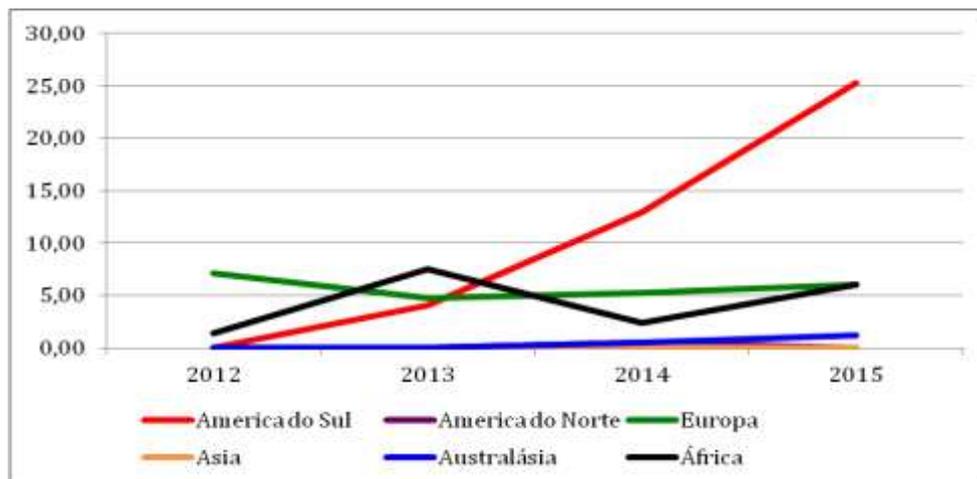


Figura 10 - Proveniência dos autores não lusófonos (segundo a filiação científica e em percentagens do total) de artigos publicados entre 2012 e 2015.

A proveniência dos autores (segundo a filiação científica) dos artigos publicados no biénio 2014-2015 está explicitada na figura 11.



Figura 11 - Proveniência dos autores (segundo a filiação científica) dos artigos publicados no biénio 2014-2015.

8. Staff da revista

No final de 2015 o staff do *Journal of Integrated Coastal Zone Management* era constituído por:

Comissão Editorial:

- J. Alveirinho Dias - Editor-in-Chief
- Ulisses Miranda Azeiteiro - Associate Editor
- Monica Ferreira da Costa - Associate Editor
- Michel Michaelovitch de Mahiques - Associate Editor
- Tomasz Boski - Advisor Editor
- J. Antunes do Carmo - Deputy Editor (APRH)
- Marcus Polette - Deputy Editor (UNIVALI)

Secretariado

- Ana Estêvão (APRH)
- André Cardoso (APRH)
- Ana Gomes (CIMA)
- Zélia Rodrigues (CIMA)

Comissão Científica

A Comissão Científica constante da *web page* da revista, constituída em 2007/2008 com investigadores portugueses e brasileiros, está completamente ultrapassada, não funcionando já há bastante tempo. Há pelo menos dois anos que se decidiu reformular por completo a Comissão Científica mas, devido a outras prioridades, tal tem vindo a ser protelado. Tentar-se-á, em 2016, constituir nova Comissão Científica constituída por elementos relevantes da comunidade científica internacional.

9. Integração no sistema científico internacional

9.1. CrossRef

Na sequência de acções desenvolvidas no antecedente continuam a ser atribuídas (pela APRH) referências DOI (Document Object Identifier) aos artigos que vão sendo publicados pela revista.

Uma das opções interessantes e muito úteis do *CrossRef* é a possibilidade de utilização dos serviços *Cited-by Linking* e *CrossCheck*. Estes serviços são livres de encargos para membros do *CrossRef* (como a APRH). Através destes serviços é possível receber notificações das citações de artigos publicados na revista efectuadas pelas revistas do sistema internacional. Além de outras potencialidades, esses serviços permitem ter noção da evolução do impacte dos artigos da revista na literatura científica internacional, conhecer os artigos / assuntos que foram considerados mais interessante (mais citados) pela comunidade, e saber quais foram os autores/ revistas citantes. Porém, para aproveitar estes serviços do *CrossRef*, é necessário a colaboração de alguém que tenha noções de linguagem XML, o

que não se conseguiu ainda. Por essa razão, não se tem podido aproveitar estas importantes potencialidades oferecidas pelo *CrossRef*.

9.2. SciELO

Devido principalmente à acção do editor Ulisses Azeiteiro, em conjugação com André Cardoso, a revista foi integrada, no final de 2012, no sistema SciELO, através do SciELO Portugal (sedeado na Fundação para a Ciência e Tecnologia). A integração nesta plataforma constitui uma forma bastante eficaz de ampliar a visibilidade e a internacionalização da revista, principalmente no mundo latino.

Actualmente, estão disponíveis no SciELO dezasseis números da revista, correspondentes aos anos 2012 a 2015. O trabalho de preparação dos artigos para o SciELO (relativamente complexo) tem vindo a ser desenvolvido por Ricardo Basílio (suportado pelo CIMA). Através do SciELO, a revista passou a ter condições para ser indexada no Scopus e no Web of Knowledge.

9.3. REDALYC

Em Setembro de 2015 a revista foi indexada no REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, tendo o processo sido conduzido pelo editor Tomasz Boski.

9.4. SCOPUS

Após um longo processo de cerca de dois anos, em que a revista esteve a ser monitorada, em Dezembro de 2015 foi aceite para ser incluída no SCOPUS, a maior base de dados de literatura científica com avaliação por pares. O processo foi conduzido pelo editor Ulisses Azeiteiro.

9.5. Factor de impacto

Como era expectável, o Factor de Impacte da revista é ainda muito pequeno. Segundo as métricas do SciELO que incluem apenas citações nas revistas desta plataforma, o Factor de Impacte de dois anos foi de 0,1807 em 2014, e de 0,1348 em 2015, sendo o Factor de Impacte de três anos de 1,756 em 2015.

Muito mais importante é o Factor de Impacte do SCOPUS. Porém, a revista apenas foi aí integrada de Dezembro, pelo que não existem ainda valores públicos. Todavia, é de esperar que este Factor de Impacte seja ainda pequeno.

Na realidade, não é possível saber quando é que artigos publicados na revista são citados na literatura científica internacional, o que facilmente seria conseguido se fosse possível utilizar os serviços *Cited-by Linking* e *CrossCheck* do *CrossRef*. Fazendo uma pesquisa rápida no *Google Scholar* conclui-se que artigos da revista de 2014 e 2015 foram citados, entre outros, em *Ecological Economics*, *Ecological Indicators*, *Environmental Management*, *Environmental Monitoring and Assessment*, *Environmental Science & Policy*, *Geoheritage*, *International Journal of Current Research*, *International Journal of Environmental Studies*, *Journal for Communication Studies*, *Journal of Coastal Research*, *Journal of Coastal Sciences*, *Journal of Environmental Management*, *Journal of Hydrology*, *Latin American Journal of Aquatic Research*, *Marine Anthropogenic Litter*, *Marine Biodiversity*, *Marine Micropaleontology*, *Marine*

Pollution Bulletin, Ocean & Coastal Management, Ocean Engineering, Palaeontologia Electronica, Quaternary and Environmental Geosciences e Tourism Management Perspectives.

No sentido de ampliar o Factor de Impacte, é preciso desenvolver acções que permitam muito mais ampla divulgação internacional da revista.

10. Âmbito da Revista

Como é sabido, a revista tem cariz interdisciplinar, estando dedicada a todos os aspectos relacionados com as zonas costeiras, pois que todos eles são importantes para uma boa gestão costeira. Todavia, o objectivo inicial de suscitar profunda interdisciplinaridade entre as Ciências Exactas e Naturais e as Ciências Humanas e Sociais está longe de ser atingido. Tal reflecte as particularidades da comunidade científica internacional, em que, não obstante as recorrentes tentativas, raros são os casos em que se conseguiu atingir a interdisciplinaridade aludida, de pendor transdisciplinar.

Embora tenham sido já publicados alguns artigos com estas características, a grande maioria tem marcado pendor disciplinar, ou traduz uma interdisciplinaridade restrita.

Na realidade, a revista tenta encontrar um domínio de actuação entre esses dois domínios científicos que, em muito, contrastam entre si: as Ciências Exactas e Naturais e as Ciências Humanas e Sociais. Esses contrastes estão bem explícitos nas quantidades de revistas indexadas no Scopus e no Web of Knowledge. São muitas centenas ou milhares as revistas de Ciências Exactas e Naturais indexadas, várias com factores de impacto muito elevado. Não obstante o grande esforço que a comunidade científica e as editoras têm feito nos últimos anos, as revistas internacionais das Ciências Humanas e Sociais são ainda, comparativamente, em número reduzido, e os respectivos factores de impacto são, por via de regra, modestos.

Todavia, o corpo editorial da revista está convicto de que o caminho correcto é o que foi expresso, ou seja, o da interdisciplinaridade de pendor transdisciplinar. A análise dos artigos publicados nos últimos anos parecem indiciar que, a pouco e pouco, se está a progredir neste sentido.

11. Situação actual e conclusões

A Revista trabalha sem dinheiro e sem papel (*no money and no paper*). Todo o processo de produção, desde a submissão de manuscritos até à publicação final, é desenvolvido electronicamente. Por outro lado, tudo o que é preciso para a produção da revista é fornecido pelas instituições integrantes do consórcio. É certo que existem carências, às quais a Revista se tem tentado adaptar, mas que constituem factores limitativos, pelo que haveria vantagem em alargar, no próximo futuro, a quantidade de instituições envolvidas, por forma a colmatar algumas dessas carências. Tal permitiria ainda, eventualmente, reduzir o esforço de cada instituição, e proporcionaria, seguramente, meios para ampliar a qualidade da revista. Este é um assunto que está a ser considerado, mas que tem que ser desenvolvido com cuidado por forma a manter os critérios de isenção imprescindíveis.

Nos últimos dois anos a Revista tem vindo a ampliar a penetração na comunidade científica, tanto na lusófona, como na de língua espanhola, mas também, em termos genéricos, na internacional. Como reflexo, tem-se vindo a verificar aumento da submissão de manuscritos redigidos em inglês.

A integração na plataforma SciELO, em 2012, constituiu um passo relevante na senda de credibilização que tem vindo persistentemente a ser perseguida. Todavia, tal é, também, motivo de preocupação, pois exige competências técnicas que não são fáceis de assegurar. Espera-se que, como consequência da integração da Revista, no SCOPUS, em Dezembro de 2015, o nível de internacionalização seja fortemente reforçado.

Algumas das prioridades para 2016 são:

- Constituir nova Comissão Científica composta por elementos credenciados da comunidade científica internacional.
- Tentar penetrar mais amplamente na comunidade científica das Ciências Humanas e Sociais, suscitando a submissão de artigos nessas áreas (o que, até agora, tem sido minoritário).
- Ampliar ainda mais o número de submissões de manuscritos redigidos em inglês e intensificar a mobilização das comunidades científicas não lusófonas, o que passa, entre outras, por acções de sensibilização específicas e pelo lançamento de números temáticos abrangentes que suscitem o interesse da comunidade internacional.
- Conseguir desenvolver em rotina os trabalhos de preparação dos artigos para a plataforma SciELO.
- Conseguir operacionalizar o sistema de submissões on-line que está a ser preparado pela APRH.
- Proceder a reformulação do *site* da revista, tornando-o mais atraente, dinâmico e eficaz, tendo como modelo inspirador os *sites* das principais revistas científicas internacionais.

Não obstante os avanços conseguidos em 2015, é necessário que haja uma pressão constante no sentido de melhorar cada vez mais a Revista, nomeadamente no que se refere à rapidez e eficácia dos processos (avaliação, análise editorial, disponibilização *on-line* e publicação), ao nível de internacionalização e ao apoio informático.

J. Alveirinho Dias	Monica F. Costa	Ulisses M Azeiteiro	Michel Mahiques
Editor-in-Chief	Associate Editor	Associate Editor	Associate Editor

Tomasz Boski	Marcus Polette	Helenice Vital	Antunes do Carmo
Advisor Editor	Deputy Editor (UNIVALI)	Deputy Editor (UFRN)	Deputy Editor (APRH)

Janeiro de 2016

7.3. Outras Publicações

7.3.1 Organização Institucional de Gestão da Água

Na sequência do grupo de trabalho “Organização Institucional de Gestão da Água” presidida pelo Engenheiro António Eira Leitão, foi lançado no dia 1 de outubro, Dia Nacional da Água a publicação “Organização Institucional e Operacionalização da Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal - Reflexão e Propostas”.



7.3.2 “Coleção Água, Ciência e Sociedade”

Vai ser lançado durante o 13.º Congresso da Água o livro intitulado “Barragens, Sociedade e Ambiente” da autoria do Prof. António Gonçalves Henriques, incluído na “Coleção Água, Ciência e Sociedade”.



7.3.3 “Políticas Públicas da Água”

Vai ser lançada no dia 22 de Março, Dia Mundial da Água, uma publicação coordenada pelo Eng Pedro Cunha Serra, incluindo as intervenções realizadas durante a sessão da COPPA2.

7.3.4 Revista “Ribágua” (IAHR)

Está a ser preparado um número especial da revista *Ribágua*, da IAHR, publicada pela ELSEVIER, que incluirá artigos do 12º SILUSBA

8. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

8.1. Boletim Informativo

Durante o ano de 2015 o Boletim Informativo da APRH (BI) teve os seguintes quatro números publicados (sendo o último um número duplo):

149|Fevereiro 2015:

- <http://www.aprh.pt/bi/149/bi149.html>;
- <http://www.aprh.pt/bi/pdf/bi149.pdf>

150|Abril 2015:

- <http://www.aprh.pt/bi/150/bi150.html>;
- <http://www.aprh.pt/bi/pdf/bi150.pdf>

151|Junho 2015:

- <http://www.aprh.pt/bi/151/bi151.html>;
- <http://www.aprh.pt/bi/pdf/bi151.pdf>

152/153|Outubro/Dezembro 2015:

- <http://www.aprh.pt/bi/152-153/bi152-153.html>;
- http://www.aprh.pt/bi/pdf/bi152_153.pdf

Os números foram disponibilizados em formato HTML, para navegação *online*, e em formato PDF para leitura em formato de publicação física.

2016-01-29 Manuel M. Oliveira (Diretor do BI)

8.2. Outras Actividades

- Entrevista à SIC, no Jornal das 10, na rubrica "Revista de Imprensa", no âmbito do Dia Mundial da Água.
- Publicação de artigos no *Jornal Água e Ambiente*: “Algumas notas sobre o novo ciclo de planeamento de recursos hídricos”, “Os novos objetivos da Agenda de Desenvolvimento pós-

2015”, “Sobre a agenda do planeamento dos recursos hídricos”. Foram também respondidas várias questões colocadas por este jornal sobre diferentes temáticas, que vieram a ser publicadas em diversos números do jornal.

- Entrevista à revista *O Instalador*, N.º 235 - novembro de 2015.
- Preparação de caderno dedicado ao Congresso da Água para o Jornal *Indústria e Ambiente*.

9. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E REPRESENTAÇÃO DA APRH

9.1 Participação no Conselho Nacional da Água

A APRH continuou a assegurar a participação no Conselho Nacional da Água, nomeadamente nas reuniões a seguir referidas, e cujas ordens de trabalho são as indicadas:

55.ª Reunião - 25 de Fevereiro de 2015 - Ordem de trabalhos:

- Elaboração do Plano Nacional da Água. Últimos Desenvolvimentos
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica. Questões Significativas do Segundo Ciclo de Planeamento .
- Acta da 54.ª reunião do CNA, realizada a 5 de dezembro de 2014. Relatório e Programa de Actividades e Orçamento.

56.ª Reunião - 21 de Julho de 2015 - Ordem de trabalhos:

- Informações Gerais.
- Proposta de Plano Nacional da Água.
- Ata da 55.ª reunião do CNA, realizada a 25 de Fevereiro de 2015.

57.ª Reunião - 22 de Setembro de 2015 - Ordem de trabalhos:

- Plano Nacional da Água (PNA 2015) Parecer.
- Ata da 56.ª reunião do CNA, realizada a 21 de Julho de 2015

9.2 Participação em Órgãos Externos

- **Conselho Nacional da Água**
 - Francisco Taveira Pinto, António Brito representam a APRH nas reuniões do Conselho Nacional da Água.
- **Conselhos de Região Hidrográfica**
 - Conselho da Região Hidrográfica do Norte, Francisco Taveira Pinto, Alexandra Carvalho Roeger
 - Conselho da Região Hidrográfica do Centro, Nuno Simões, Ricardo Gomes
 - Conselho da Região Hidrográfica do Tejo, Manuel Oliveira, Pedro Póvoa
 - Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo, Paulo Chaveiro, Luis Dias
 - Conselho da Região Hidrográfica do Algarve, Paulo Chaveiro, António Chambel

- **Conselho Consultivo da ERSAR**
 - Luís David e Pedro Póvoas representam a APRH nas reuniões do Conselho Consultivo da ERSAR
- **PPA**
 - Alexandra Serra representa a APRH nas reuniões do Conselho de Administração da Parceria para a Água
- **CNAIA**
 - Maria da Conceição Cunha, Rodrigo Oliveira, Luís David representam a APRH nas reuniões da Comissão Plenária da CNAIA
- **IPQ**
 - Luís David, António Brito representam a APRH nas reuniões da Comissão Sectorial do Conselho Nacional do IPQ
- **IWA**
 - Maria da Conceição Cunha representa a APRH na General Assembly da IWA
- **WWC**
 - Maria da Conceição Cunha representa a APRH na General Assembly do WWC

9.3 Relações com entidades nacionais

9.3.1 Administração Pública e Sector Empresarial do Estado

Relativamente aos Organismos da Administração Pública, houve um relacionamento estreito ao longo do ano de 2015, sobretudo com aqueles que diretamente atuam ao nível do planeamento e gestão dos recursos hídricos e do ambiente, nomeadamente com a APA. Da mesma forma, registou-se uma relação de parceria com várias empresas do sector empresarial do Estado, das quais se destacam a AdP.

9.3.2 Instituições de Investigação

A Comissão Diretiva continuou a manter relações privilegiadas com as principais Universidades e Instituições de Investigação Nacionais que desenvolvem atividades ligadas ao tema dos recursos hídricos.

9.3.3 Associações científicas e técnicas, associações profissionais, fundações e outras

A APRH tem mantido contactos estreitos e realizado eventos com a participação várias associações congéneres, das quais se destacam:

- APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental.
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.
- FEPASC - Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas.
- CAP - Confederação de Agricultores de Portugal
- AIP - Associação Industrial de Portugal
- Fundação Calouste Gulbenkian

9.3.4 Outras entidades

A APRH respondeu também a solicitações dos órgãos de comunicação social, assim como de instituições de ensino e de outras organizações, visando a promoção da discussão de temas relacionados com os recursos hídricos e a participação em encontros organizados por essas entidades.

9.4 Relações com entidades internacionais

A APRH tem mantido relações de colaboração com a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) e com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), com as quais realiza de dois em dois anos, respetivamente, os Simpósios de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (SILUSBA) e Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SILUBESA). Foi também mantido um excelente relacionamento com Associação Cabo-Verdiana de Recursos Hídricos (ACRH), criada em 2009.

Foram também mantidos contactos com a Associação Internacional de Água (IWA), nomeadamente através da CNAIA, com a International Association of Hydro-Environment Engineering and Research (IAHR) e com o Conselho Mundial da Água.

A APRH está a desenvolver contactos no sentido de aprofundar a parceria com a IWRA. Em concreto, a IWRA está a refletir sobre o papel das associações nacionais no seio da sua organização e o resultado desse processo pode conduzir à inclusão da APRH como representante de Portugal.

10. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A contabilidade da APRH foi assegurada pelo Secretariado da APRH, e pela empresa ECOESTUDO, que faz a revisão de contas e a elaboração dos balancetes trimestrais e o balanço do final do ano.

A descrição detalhada dos resultados financeiros da APRH durante o exercício de 2015 é apresentada no Anexo III, Relatório e Contas e o parecer do Conselho Fiscal no Anexo IV.

A Comissão Diretiva

Maria da Conceição Cunha (Presidente)
António Guerreiro de Brito (Vice-Presidente)
Francisco Taveira Pinto (Vice-Presidente)
Manuel Oliveira (Vogal)
Pedro Póvoa (Vogal)

ANEXO I - ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Associados que integraram os Principais Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho da APRH

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral (AG)

- Rodrigo Proença de Oliveira (Presidente)
- Pedro Bettencourt (Secretário)
- João Pato (Secretário)

Conselho Fiscal (CF)

- Alexandra Maria Martins Ramos Serra (Presidente)
- Maria Eduarda de Carvalho Beja Neves (Secretário)
- Luís David (Secretário)

Conselho Geral (CG)

- | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| • Luís Veiga da Cunha | • José Vieira da Costa | • Luís Ribeiro |
| • António Eira Leitão | • Teresa Leitão | • Teresa Ferreira |
| • José Costa Miranda | • Jorge Matos | • Rodrigo Proença de Oliveira |
| • Vitória Mira da Silva | • Eduardo Brito de Azevedo | • Pedro Bettencourt |
| • Vera Bruto da Costa | • Francisco Taveira Pinto | • João Pato |
| • António Gonçalves Henriques | • Paulo Chaveiro | • Alexandra Serra |
| • João Bau | • Nuno Eduardo Simões | • Eduarda Beja Neves |
| • João Paulo Lobo Ferreira | • João Alveirinho Dias | • Maria da Conceição Cunha |
| • Mário Lino Correia | • José Simão Antunes do Carmo | • António Guerreiro de Brito |
| • António Pinheiro | • Mário Samora | • Manuel Oliveira |
| • Joaquim Evaristo da Silva | • Luís David | • Pedro Póvoa |
| • António Carmona Rodrigues | • António Campeã da Mota | |
| • António Bento Franco | • Elsa Alves | |

Comissão Directiva (CD)

- Maria da Conceição Cunha (Presidente)
- António Guerreiro de Brito (Vice-Presidente)
- Francisco Taveira Pinto (Vice-Presidente)
- Manuel Oliveira (Vogal)
- Pedro Póvoa (Vogal)

2. NÚCLEOS REGIONAIS

Núcleo Regional do Norte

Direção Regional (DR)

Francisco de Almeida Taveira Pinto - Presidente
Alexandra Carvalho Roeger - Vogal
Arnaldo de Carvalho Machado - Vogal
Vitor Manuel Oliveira Vasconcelos - Vogal
Eduardo Bruno de Freitas Vivas- Vogal

Assembleia Regional (AR)

José Carlos Tentúgal Valente - Presidente
Rui Manuel Vitor Cortes - Secretário
João Machado Sabino Domingues Vilaça -
Secretário

Núcleo Regional do Centro

Direção Regional (DR)

Nuno Eduardo da Cruz Simões- Presidente
Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis - Vogal
Inês Osório de Castro Meireles - Vogal
Paulo Jorge Carvalho Leitão - Vogal
Ricardo de Jesus Gomes - Vogal

Assembleia Regional (AR)

Joaquim José de Oliveira Sousa - Presidente
Helena Maria Martins Simão - Secretário
Ana Paula Malo - secretário

Núcleo Regional do Sul

Direção Regional (DR)

Paulo Chaveiro - Presidente
Ana Rosália Gonçalves - Vogal
Luís Dias - Vogal
António Chambel - Vogal
Cândida Martins - Vogal

Assembleia Regional (AR)

Jorge Mestrinho - Presidente
Sandra Dias - Secretário
Nelson Carriço - Secretário
José Paulo Monteiro - Vogal
Hortência Menino - Vogal

Núcleo Regional dos Açores

Direção Regional (DR)

Eduardo Manuel Vieira Brito de Azevedo -
Presidente

Sílvia Alexandra de Sousa Quadros - Vogal

Dina Maria Medeiros Pacheco - Vogal

João José M. Mora Porteiro - Vogal

Francisco Cota Rodrigues - Vogal

Assembleia Regional (AR)

Rui Moreira da Silva Coutinho - Presidente da
Mesa;

Carlos Ernesto Faria - Secretário da Mesa;

João da Silva Madruga - Secretário da Mesa

3. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

Comissão Especializada de Águas Subterrâneas (CEAS)

Manuel Oliveira (Presidente)

Manuela Simões

Rosário Carvalho

José Paulo Monteiro

José Martins Carvalho

Comissão Especializada de Água e Energia (CEHAE)

Manuel Mário Samora (Presidente)

António Sá da Costa

Francisco Freire de Carvalho

Pedro Manso

Comissão Especializada de Qualidade da Água e dos Ecossistemas (CEQAE)

Maria Teresa Ferreira (Presidente)

António Pinheiro

Rui Cortes

José Maria Santos

Margarida Cardoso da Silva

Isabel Boavida

Carina Almeida

Comissão Especializada da Zona Costeira e do Mar (CEZCM)

Ramiro Joaquim de Jesus Neves (Presidente)

João Manuel Alveirinho Dias

José Simão Antunes do Carmo

Carlos Daniel Borges Coelho

Fernando Veloso Gomes

Francisco Taveira Pinto
António Trigo Teixeira

Comissão Especializada de Serviços de Água (CESA)

Luís Mesquita David (Presidente)
Ana Oliveira
António Carvalho Albuquerque
Helena Lucas
Marta Carvalho
Paula Freixial

Comissão Especializada de Água e Agricultura (CEAA)

António Campeã da Mota - (Presidente)
Cátia Rosas
Carlos Pais
Alexandra Carvalho
Carlos Chibeles

Comissão Especializada de Hidráulica Fluvial (CEHF)

Rui Ferreira (Presidente)
Ana Margarida da Costa Ricardo
Elsa Maria da Silva Carvalho
Maria Manuela Carvalho Lemos Lima
Elsa Alves

Comissão Especializada de Actividades Culturais (CEAC)

Luís Ribeiro (Presidente)
Pedro Clemente dos Reis

4. OUTRAS COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO OU EQUIPAS

5.

Revista "Recursos Hídricos"

(composição até ao final de Novembro de 2015)

Direção José Simão Antunes do Carmo (Diretor)
Maria Manuela Portela (Subdiretora)

Luis Veiga da Cunha

Editores Científicos Associados

Conselho de Direção

António Betâmio de Almeida
António Carvalho Quintela

António Nascimento Pinheiro
João Paulo Cárcamo Lobo Ferreira
João Soromenho Rocha

José Manuel Pereira Vieira
Maria Manuela Portela

Teresa Ferreira Cardoso

Revista "Recursos Hídricos"

(composição a partir de Dezembro de 2015)

Director: António Gonçalves Henriques

Diretores Associados: Ana Katila Ribeiro; Fernanda Santiago; Maria Manuela Portela

Conselho Editorial

António Betâmio de Almeida

António Guerreiro de Brito

António Pinheiro

António Trigo Teixeira

Catarina Roseta Palma

Fernando Veloso Gomes

Francisco Ferreira

Francisco Nunes Correia

Jaime Melo Baptista

João Pedroso de Lima

Jorge Matos

José Matos

Luís Ribeiro

Manuel Rijo

Maria da Conceição Cunha

Paulo Canelas de Castro

Rafaela Matos

Rodrigo Maia

Rodrigo Oliveira

Rui Santos

Teresa Ferreira

Revista "RGCI - Revista de Gestão Costeira Integrada"

J. Alveirinho Dias - Editor-in-Chief

Ulisses Miranda Azeiteiro - Associate Editor

Monica Ferreira da Costa - Associate Editor

Tomasz Boski - Advisor Editor

J. Antunes do Carmo - Deputy Editor (APRH)

Marcus Polette - Deputy Editor (UNIVALI)

Boletim Informativo

Manuel Mendes de Oliveira (Diretor)

Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho “Organização Institucional de Gestão da Água em Portugal”

António Eira Leitão (Presidente)

Alexandra Brito

António Nascimento Pinheiro

Fernanda Santiago

Francisco Ferreira

Francisco Taveira Pinto.

Grupo de Trabalho “Pensar a APRH”

Alexandra Serra

António Bento Franco

António Eira Leitão

Francisco Taveira Pinto

João Paulo Lobo Ferreira

Luis Veiga da Cunha

Miguel Azevedo Coutinho

Rodrigo Proença de Oliveira

Teresa Ferreira

Teresa Leitão

Presidente, Vice-Presidentes e vogais da CD.

Comissões Organizadora e Científica do 13.º Congresso da Água

Comissão Organizadora

Rodrigo Proença de Oliveira (IST), (Presidente)

Adriano Silveira (Grupo Portucel Soporcel)

Alexandra Serra (AdP)

Francisco Taveira Pinto (FEUP)

Jorge Matos (IST)

José Costa Miranda (EDIA)

Manuel Oliveira (LNEC)

Maria da Conceição Cunha (FCTUC)

Nuno Portal (EDP Produção)

Ana Estêvão (APRH)

;

Comissão Científica

João Pedroso de Lima (UC/FCT), (Presidente)

António Jorge Monteiro (UL/IST)

Ana Barros (Duke University, USA)
António Albuquerque (UBI)
António Baptista (Oregon H&S Univ., USA)
António Carmona Rodrigues (UNL/FCT)
António Gonçalves Henriques (UL/IST)
António Guerreiro de Brito (UL/ISA)
António Pinheiro (UL/IST)
Carlos Coelho (UA)
Fernando Veloso Gomes (UP/FEUP)
Francisco Nunes Correia (UL/IST)
Helena Alegre (LNEC)
Isabel Pedroso de Lima (UC/FCT)
Jaime Melo Baptista (LNEC)
Jan Jacob Keizer (UA)
Joaquim Poças Martins (UP/FEUP)
João Paulo Lobo Ferreira (LNEC)
Jorge Leandro (Ruhr-Universität Bochum,
Alemanha)
Jorge Matos (UL/IST)
José Alfeu Sá Marques (UC/FCT)
José Manuel Gonçalves (ESAC/IPC)

José Paulo Monteiro (UAIG)
José Saldanha Matos (UL/IST)
José Tentúgal Valente (UP/FEUP)
José Vieira (UM)
Luís Chícharo (UAIG)
Luís Mesquita David (LNEC)
Luís Ribeiro (UL/IST)
Manuela Portela (UL/IST)
Mário Franca (EPFL, Suíça)
Paulo Pereira (Mykolas Romeris Univ.,
Lithuania)
Rafaela Matos (LNEC)
Ramiro Neves (UL/IST)
Ricardo Trigo (FC/UL)
Rodrigo Maia (UP/FEUP)
Rui Cortes (UTAD)
Rui Ferreira (UL/IST)
Rui Rodrigues (LNEC)
Teresa Ferreira (UL/ISA)
Teresa Leitão (LNEC)

Comissões Organizadora e Científica do 12.º SILUSBA

Comissão Organizadora Internacional

Maria da Conceição Cunha (Presidente)
Presidente da APRH e Universidade de
Coimbra
Jussara Cabral Cruz (Vice-Presidente)
Presidente da ABRH e Universidade Federal
de Santa Maria
Alexandra Serra, Águas de Portugal, Portugal
António Pedro Borges, MAHOT, Cabo Verde
Fernando Veloso Gomes, Universidade do
Porto, Portugal
Lígia Barros, Direcção dos Recursos Naturais
e Energia, S. Tomé e Príncipe
Lucrecio Costa, Direcção Nacional das Águas,
Angola
Luiz Gabriel Azevedo, Membro do Conselho
da ABRH, Odebrecht, Brasil
Manuel Alvarinho, Conselho de Regulação de
Águas, Moçambique
Manuel Quintino, Instituto Nacional dos
Recursos Hídricos, Angola
Olinda Sousa, Administração de Infra-
Estruturas de Água e Saneamento,
Moçambique
Rodrigo Proença de Oliveira, Instituto Superior
Técnico-UL, Portugal
Vladimir Caramori, Vice-Presidente ABRH,
Brasil

Comissão Organizadora Local

Dirceu Reis, (Presidente)
Universidade Brasília, Brasil
Almir Cirilo (Vice-presidente)
Membro do Conselho da ABRH, Brasil
Cristiano Poletto, Diretor da ABRH,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Brasil
Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Diretor
da ABRH, Embrapa, Brasil
Alexandre Baltar, Diretor da ABRH,
Odebrecht, Brasil
Ingrid Muller, Membro do Conselho da ABRH,
Instituto de Tecnologia para o
Desenvolvimento - Lactec, Brasil
Rafael Kelman, Soluções e Consultoria em
Energia LTDA - PSR, Brasi

Comissão Científica

Rodrigo Maia (Presidente), Universidade do
Porto
Adilson Pinheiro (Vice-Presidente), Diretor da
ABRH
António Carmona Rodrigues, Universidade
Nova de Lisboa, Portugal
António Guerreiro de Brito, Vice-Presidente da
APRH e Instituto Superior de Agronomia-UL,
Portugal
António Jorge Monteiro, Instituto Superior
Técnico-UL, Portugal
António Pedro Pina, Presidente da ACRH,
Cabo Verde

Carlos Coelho, Universidade de Aveiro, Portugal
Carlos Galvão, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Dinis Juízo, Academia de Ciências, Moçambique
Edson Wendland, Universidade de São Paulo, Brasil
Francisco Nunes Correia, Instituto Superior Técnico-UL, Portugal
Francisco Taveira Pinto, Universidade do Porto, Portugal
Geraldo Lopes da Silveira, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Isabel Pedroso Lima, Universidade de Coimbra, Portugal
Jaime Melo Baptista, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, Portugal
João Paulo Lobo Ferreira, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal
Joel Avruch Goldenfum, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jorge Matos, Instituto Superior Técnico-UL, Portugal
José Paulo Monteiro, Universidade do Algarve, Portugal
José Vieira, Universidade do Minho, Portugal
Luis David, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal
Madalena Moreira, Universidade de Évora, Portugal

Manuel Oliveira, Membro da Direcção da APRH, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal
Nilo de Oliveira Nascimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Nuno Eduardo Cruz Simões, Universidade de Coimbra, Portugal
Pedro Coelho, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Ricardo Serralheiro, Universidade de Évora, Portugal
Rui Cortes, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, Portugal
Sergio Koide, Universidade de Brasília, Brasil
Teresa Fidelis, Vice-Presidente da APRH e Universidade de Aveiro, Portugal
Madalena Moreira, Universidade de Évora, Portugal
Manuela Muinaga, UN-Habitat, Moçambique
Nelson Matsinhe, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Paiva Munguambe, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Rafaela Matos, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal
Rui Gonzalez, Laboratório de Engenharia de Moçambique, Moçambique
Sónia Silva, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Vladimir Caramori, Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Comissões Organizadora e Científica do VIII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa

Comissão Organizadora Internacional

José Antunes do Carmo - Presidente
António Pedro Pina (ACRH - Cabo Verde)
Jussara Cabral Cruz (ABRH - Brasil)
Lígia Barros (DRNESPT - São Tomé)
Luciana dos Santos (AMAIA - Moçambique)
Lucrecio Costa (DNAA - Angola)
Maria Conceição Cunha (APRH - Portugal)

Comissão Científica

João Alveirinho Dias - Presidente
André Fortunato (LNEC)
António Felipe Lobo de Pina (UCabo Verde)
António Hogueane (UEM)
Carlos Pereira da Silva (UNova de Lisboa)
Carmen Van Dunem (UAgostinho Neto)
Claudio Szlafsztajn (UFP)

Comissão Organizadora Nacional

Carlos Coelho - Presidente
Carlos Costa
Cristina Bernardes
Fátima Lopes Alves
Paulo Silva
Teresa Fidélis
Bárbara Marinho
Márcia Lima

Dieter Muehe (UFES)
Filomena Martins (UAveiro)
Fernando Veloso Gomes (UPorto)
Helena Granja (UMinho)
Jaime Joaquin da Silva Pereira Cabral (UFPE)
Jorge de Sousa Brito (UJean Piaget de Cabo Verde)
Jorge Gonçalves (UAlgarve)
José Paulo Soares Azevedo (UFRJ)
Luísa Schmidt (ULisboa)
Marcus Polette (UNIVALI)
Marinez Scherer (UFSC)
Michel Mahiques (USP)
Monica Ferreira da Costa (UFPE)
Paulo Cesar Colonna Rosman (UFRJ)
Pedro Proença Cunha (UCoimbra)
Ramiro Neves (ULisboa)

ANEXO II - RELATÓRIOS DOS NÚCLEOS REGIONAIS

A. RELATÓRIO DO NÚCLEO REGIONAL DO NORTE

1. PREÂMBULO

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do art. 14º do Regulamento do Núcleo Regional do Norte da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH), a Direcção apresenta o Relatório de Actividades e Contas relativos ao Exercício de 2015.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Núcleo Regional do Norte da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH-NRN) procurou durante o ano de 2015 concretizar as actividades propostas no seu Plano de Actividades, promovendo a participação activa dos membros dos seus corpos directivos e dos associados, dando continuidade ao trabalho desenvolvido durante o ano de 2014, nomeadamente:

1. Concretizar a realização do 6º Seminário da APRH-Norte - Tema, data e local a definir;
2. Concretizar a realização do 2º Workshop da APRH-Norte - “Monitorização da Zona Costeira”;
3. Concretizar a realização do 2º Coastal Field Workshop, em colaboração com a EUCC-Coastal and Marine, na zona costeira Norte de Portugal;
4. Representação da Associação, sempre que solicitado, junto de outros organismos ou instituições;
5. Mobilização dos Associados para uma participação ativa nas actividades do Núcleo, continuando a melhorar os meios de contacto;
6. Promover, junto de outras entidades, ações de informação;
7. Celebração de protocolos de cooperação com entidades regionais, para a realização ou colaboração em actividades comuns;
8. Apresentar propostas de ações de formação técnicas especializadas acreditadas, visando a abordagem de matérias associadas aos recursos hídricos;
9. Atualizar o site da APRH-Norte, com novas potencialidades e formas de divulgação.

Assim:

Ponto 1. Foi realizado o 6º Seminário da APRH-Norte - “Alterações Climáticas e os Recursos Hídricos”, no auditório da FEUP, no Porto, no dia 24 de novembro de 2015, que contou com a presença aproximada de 100 participantes.

Ponto 2. A realização do 2º Workshop da APRH-Norte - “Monitorização da Zona Costeira” não se concretizou.

Ponto 3. A realização do 2nd Coastal Field Workshop, em colaboração com a EUCC-Coastal and Marine, na zona costeira do Norte de Portugal, não se concretizou

Ponto 4. Nada de especial a referir.

Ponto 5. O Núcleo Regional do Norte da APRH tem continuado a efectuar várias diligências no sentido de estabelecer o contacto com os associados (preferencialmente por e-mail e através da mailing list aprh-n@fe.up.pt), divulgando informação e alertando para as quotizações em atraso. Este esforço continuará a ser efectuado.

Ponto 6. A APRH-NRN procurou promover, junto de outras entidades, como a Agência Portuguesa do Ambiente, autarquias, instituições de ensino aos vários níveis, e outros, as ações do Núcleo.

Ponto 7. Protocolo com a Academia Portuguesa da Água Dr. Francisco da Fonseca Henriques. Organização de visita técnica da “Water Association of Finland” à FEUP e à obra da barragem de Foz Tua.

Ponto 8. A iniciativa está em curso.

Ponto 9. Foi efectuada a actualização do website da APRH - Núcleo Regional do Norte (<http://fe.up.pt/~aprhn>) e da lista de contactos aprh-n@fe.up.pt.

No que respeita à actividade corrente do Núcleo, realizaram-se três reuniões no Porto, FEUP, a 17 Março; 27 de Abril e 8 de Junho de 2015 dos órgãos sociais, para definição e preparação de actividades em curso, bem como distribuição de tarefas pelos vários membros. Outros contatos foram estabelecidos por email.

O Secretariado da APRH - Núcleo Regional do Norte foi assegurado pela Paula Pinto, Secretária do Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da FEUP (IHRH).

As reuniões dos órgãos sociais, quando efectuadas na FEUP, realizam-se nas instalações da Secção de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente do Departamento de Engenharia Civil da FEUP.

A Direcção da APRH-NRN agradece a ambas as instituições todo o apoio concedido.

3. RELATÓRIO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 registava-se a existência de um saldo de € 525.31 (quinhentos e vinte cinco euros e trinta e um cêntimos), correspondente ao conjunto de movimentos bancários indicados na seguinte tabela.

Descrição	Receitas	Despesas	Saldo
Transporte de 2014 para 2015 - Saldo Bancário			274.51 €
APRH - Apoio ao 6º Seminário “Alterações Climáticas e os Recursos Hídricos”	1000,00 €		
Despesas do 6º Seminário “Alterações Climáticas e os Recursos Hídricos		558,60 €	
Outras despesas		190.60 €	
Subtotais	1000,00 €	749.20 €	
Transporte - Saldo Bancário em 31.12.2015			525.31 €
Inscrições no 5º Seminário da APRH-N (pagas em Lisboa).	1455,00 €		
Outras despesas com a organização do 6º Seminário da APRH-N (pagas por Lisboa).		30.30 €	
Saldo da APRH-NRN existente em Lisboa.	10725,66 €		

APRH - Núcleo Regional do Norte, Porto e FEUP, 30 de janeiro de 2016

Pela Direcção da APRH - Núcleo Regional do Norte

B. RELATÓRIO DO NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO

Presidente

Nuno Eduardo da Cruz Simões (Universidade de Coimbra), Associado 1598
email: nunocs@dec.uc.pt; telefone: 934184787

Vogais (por ordem alfabética)

Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis (CTGA), Associado 1795
Email: fcarraco@gmail.com; telefone: 919966231

Inês Osório de Castro Meireles (Universidade de Aveiro), Associado 1659
Email: imeireles@ua.pt; telefone: 925224236

Paulo Jorge Carvalho Leitão (Águas do Mondego), Associado 1797
Email: paulojcleitao@gmail.com; telefone: 914940490

Ricardo de Jesus Gomes (Instituto Politécnico de Leiria), Associado 1697
Email: ricardo.gomes@ipleiria.pt; telefone: 966612083

A direção atual do Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH Centro) propôs-se ser um elemento fulcral no debate, divulgação e concretização de ações que promovam uma boa gestão dos Recursos Hídricos da zona centro. Durante o ano de 2015 a APRH Centro organizou 2 eventos:

a) Comemoração do Dia Mundial do Ambiente

No passado dia 5 de junho, Dia Mundial do Ambiente, a APRH centro, juntamente com o Instituto Politécnico de Leiria e a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, organizou o Seminário: “Gestão integrada dos recursos hídricos na bacia do Lis - Contributo das entidades locais”. O evento decorreu no Instituto Politécnico de Leiria.

No seminário participaram como oradores representantes de entidades locais e regionais, Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, Oikos, Recilis, SMAS, SIMLIS, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, APA/ARH Centro, Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, as quais têm desempenhado um papel ativo na Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Lis.

Foram elencados alguns dos problemas na bacia nos últimos anos, nomeadamente cheias, estado das massas de água, vegetação ripícola, e enumeradas algumas medidas de redução da poluição nas massas de água com consequentes melhorias na qualidade da água. As intervenções demonstraram diferentes abordagens e sensibilidades relativamente à gestão dos Recursos hídricos na bacia.



Figura 1: Comemorações do Dia Mundial do Ambiente 2015.

Em anexo encontra-se o documento de divulgação.

b) Comemoração do Dia Nacional da Água

No passado dia 1 de outubro, a APRH centro, a ANQIP (Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais) e o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro promoveram uma sessão técnica, com o apoio da AdRA (Águas da Região de Aveiro) e da Delegação Distrital de Aveiro da Ordem dos Engenheiros. O evento decorreu na Universidade de Aveiro.

A sessão contou com 3 apresentações: O Prof. Armando Silva Afonso da Universidade de Aveiro e atual Presidente da Direção da ANQIP, apresentou “Os Sete Pecados Capitais da Gestão da Água e do Saneamento em Portugal” ; a apresentação da Prof.^a Teresa Fidélis, Professora da Universidade de Aveiro, intitulou-se “Ordenamento do território e planeamento dos recursos hídricos - menos fronteiras e mais sinergias para uma sociedade mais resiliente”; a Eng.^a Isabel Lança, da ARS Centro falou sobre “Água e Saúde Pública na Região Centro”

Antes do encerramento, houve ainda um período de debate entre os oradores e os participantes.

Em anexo encontra-se o documento de divulgação.

Ainda neste mandato, está a ser planeado a realização dum evento no dia Mundial da Água sobre os 35 anos da entrada em funcionamento do Aproveitamento Hidráulico do Mondego, a decorrer em Coimbra.

Coimbra, 5 de Fevereiro de 2016



Nuno Eduardo da Cruz Simões

C. RELATÓRIO DO NÚCLEO REGIONAL DO SUL

O programa de atividades do NRS-APRH relativo ao ano de 2015 propôs-se desenvolver atividades que fomentassem uma estreita colaboração entre as Instituições de Ensino Superior, Câmaras Municipais, Entidades Públicas e Privadas no âmbito do planeamento e gestão dos recursos hídricos da Região Sul o que se demonstrou possível, através das variadas tipologias de ações realizadas, mostrando-se desejável a sua continuação e reforço. Também promovemos uma estreita relação com os Comissões Especializadas (CE), nomeadamente com a Comissão Especializada de Águas Subterrâneas, no sentido de se promoverem ações nacionais na Zona Sul do país, co-organizadas entre o Núcleo Regional do sul e as CE.

- Cronograma de Actividades

No seguimento do ano 2014 e cumprindo o programa do biénio 2014/16 o Núcleo Regional do Sul da APRH organizou o Curso/Workshop de SWMM 5.0 (Modelação de Sistemas de Drenagem Urbana), o Ciclo de Debates com a execução dos dois primeiros debates: “Custo energético da Água na Agricultura” em Portel e “Sustentabilidade do Uso da Água no Regadio” na sede da EDIA em Beja, 2015 continuou com uma boa dinâmica tendo-se desenvolvido atividades de carácter científico e de discussão pública, nomeadamente:

- Ciclo de Debates:

Durante o mês de janeiro de 2015 foram realizados dois debates, pertencentes ao 1º bloco de debates, dos três pertencentes a este ciclo. Assim o 2º debate foi realizado em Beja, na sede da EDIA, a 6 de janeiro de 2015 tendo-se debatido a “Sustentabilidade do Uso da Água no Regadio”, com a participação dos oradores convidados: Eng.º Pedro Salema (EDIA), Prof.º Ricardo Serralheiro (Universidade de Évora) e Eng.º Eugénio Sequeira (LPN), sendo o moderador o Eng.º José Núnzio (Fenareg), com uma participação de técnicos de empresas da área agrícola e pecuária, de empresas de sistemas de regadio, consultadoria, equipamentos e serviços na área de projetos de rega, administração central e regional, associações de beneficiários, associação de agroecologia e cultura regenerativa e demais técnicos agrícolas, conforme explanado no resumo em <http://www.aprh.pt/index.php/pt/eventos-actividades/organizados-pela-aprh/2015/sustentabilidade-do-uso-da-agua-no-regadio> .



O 3º debate foi realizado a 22 de janeiro de 2015, em Faro, nas instalações da CCDR Algarve sob o tema “Reutilização de Água Residual Tratada”, tendo como oradores convidados: Eng.º Joaquim Freire (Águas do Algarve, S.A.), Eng.º Paulo Cruz (APA, I.P. / ARH Algarve), Eng.º Manuel da Silva Costa (consultor privado) e o Prof.º Carlos Guerreiro (Universidade do Algarve), sendo o debate moderado pela Eng.ª Sandra Dias (NR do Sul da APRH) e tendo uma participação de técnicos de empresas municipais e privadas prestadoras de serviços e/ou de gestão de sistemas de abastecimento de água e saneamento, administração regional, professores e alunos de estabelecimentos de ensino superior, representantes de empresas de espaços verdes, campos de golf e outros empreendimentos turísticos da região do algarve entre outros, conforme explanado no resumo em <http://www.aprh.pt/index.php/pt/eventos-actividades/organizados-pela-aprh/2015/reutilizacao-de-agua-residual-tratada> .

O NR do Sul da APRH realizou este primeiro ciclo de debates em conjunto com a Fenareg, tendo como parceiros a CCDR Algarve, a EDIA, o Município de Portel e o apoio da Agrobeja. O primeiro ciclo mostrou-se com uma dinâmica bastante interessante de debate profícuo e com os objetivos cumpridos muito acima do esperado, pelo que será importante continuar



- 10º Seminário de Águas Subterrâneas:

Entre os dias 9 e 10 de abril de 2015 o NR do Sul da APRH organizou e realizou, em conjunto com a Comissão Especializada de Águas Subterrâneas, o 10º Seminário de Águas Subterrâneas no Colégio Luís Verney da Universidade de Évora, Évora. O principal objectivo deste certame foi incentivar o debate de temas relacionados com o conhecimento e investigação no domínio dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal, no que concerne à sua caracterização, proteção e gestão, tendo o NR do Sul como objetivo secundário a descentralização dos certames organizados pela APRH, a nível nacional, promovendo a região sul do país assim como a sua massa crítica. As notas e conclusões podem ser analisadas em <http://www.aprh.pt/10sas/conclusoes.html> .



- V Jornadas de Recursos Hídricos:

A 22 de outubro de 2015, o NR do Sul da APRH organizou o seu evento de “excelência”, as V Jornadas de Recursos Hídricos sob o tema o “Ciclo Urbano da Água”, tendo-se realizado em Faro nas excelentes instalações da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP-Algarve). Esta 5ª edição teve o apoio das Águas do Algarve, S.A, DRAP-Algarve, ERSAR e FAGAR para além dos patrocínios oficiais das empresas: ALBOMBAS, DOUROECI e INOUT. O nosso principal objetivo foi debater o Ciclo Urbano da Água, nas suas variadas vertentes, tentando comparar os diversos modos de gestão da água, pelas entidades gestoras em baixa, desde as entidades gestoras independentes às que importam água e entregam para tratamento a terceiros as suas águas residuais, a empresas municipalizadas, abordando a possível verticalização do sistema e a gestão de uma entidade em Alta para além da abordagem acerca das afluências indevidas e do estado das infra-estruturas de saneamento a sul do Rio Tejo. O evento foi participativo com a inscrição e participação de cerca de 90 profissionais e não profissionais do setor e investigadores nas questões do ciclo urbano da água. O resumo pode ser visionado em:

http://www.aprh.pt/5jrh/pdf/resumoVJornadasRH_Faro.pdf .



- Qsiga:

O NR do Sul da APRH participou nas sessões de “Participação Pública” do 2.º Ciclo dos Planos de Gestão das regiões Hidrográficas do Sado e Mira (RH6), Guadiana (RH7) e do algarve (RH8), tendo posteriormente enviado os seus contributos técnicos.

- VII Congresso Ibérico das Ciências do Solo (CICS 2016) e do VI Congresso Nacional de Rega e Drenagem:

O Núcleo Regional do Sul da APRH recebeu, durante o mês de janeiro de 2015, o convite por parte da Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo para co-organizar o VII Congresso ibérico das Ciências do Solo. Com o desenvolvimento dos trabalhos ficou estabelecida a co-organização do CICS 2016 e do VII Congresso Nacional de Rega e Drenagem entre o NRSul da APRH, ficando somente assinalada a APRH, SPCS, COTR e o IP Beja. Pela primeira vez o certame terá uma abordagem mais profunda da “Água” através dos temas temáticos: A1 - Reservas e qualidade dos recursos hídricos e A2 - Distribuição e valorização da água. Os certames vão-se realizar em conjunto durante os dias 13 a 16 de Setembro de 2016 em Beja, nas instalações do instituto Politécnico de Beja.

(<http://www.aprh.pt/index.php/pt/eventos-actividades/organizados-pela-aprh/2016/cics-2016>)

Despesas de 2015	Valor (€)	Receitas de 2015	Valor (€)	SALDO (€)
V Jornadas	600,48	V Jornadas	1.735,00	1.134,52

- Saldo a 31 de dezembro de 2014 1.569,84€

- Saldo do ano de 2015 1.134,52€

- Saldo a 31 de dezembro de 2015 2.704,36€

O Núcleo Regional do Sul da APRH totaliza um Saldo em 31/12/2015 de 2.704,36€.

Reguengos de Monsaraz, 30 de janeiro de 2016

Paulo Chaveiro

ANEXO III – CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-Dez-15	31-Dez-14
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos intangíveis	5	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	6	210,02	420,02
Bens do património histórico e cultural		9.581,50	9.387,50
		9.791,52	9.807,52
Activo corrente			
Clientes	9.1	63.978,20	82.635,78
	10.1	271,68	271,68
Outras contas a receber	9.1	2.748,44	4.517,53
Diferimentos		137,61	137,61
Caixa e depósitos bancários	9.2	105.997,14	115.559,18
		173.133,07	203.121,78
Total do activo		182.924,59	212.929,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Outras reservas	11	93.403,34	83.876,37
Resultados transitados	11	83.422,60	124.082,59
		176.825,94	207.958,96
Resultado líquido do período	11	-4.127,30	-8.941,87
Total do FUNDO DE CAPITAL		172.698,64	199.017,09
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.1	1.107,00	246,00
Estado e outros entes públicos	10.1	1.484,63	1.512,47
Outras contas a pagar	9.1	7.634,32	12.153,74
		10.225,95	13.912,21
Total do passivo		10.225,95	13.912,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		182.924,59	212.929,30

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
(POR CENTRO DE ACTIVIDADES)**

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	ACTIVIDADES		
	GERAIS	EDITORIAIS	CULTURAI S
Vendas e serviços prestados	38.430,00		35.977,50
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00		5.505,00
Fornecimentos e serviços externos	-9.462,72		-22.347,35
Gastos com pessoal	-53.285,64		
Outros rendimentos e ganhos	5.102,44		
Outros gastos e perdas	-3.776,53		-60,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-22.992,45	0,00	19.075,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-210,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-23.202,45	0,00	19.075,15
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos	-23.202,45	0,00	19.075,15
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-23.202,45	0,00	19.075,15

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTA S	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	74.407,50	137.587,74
Subsídios, doações e legados à exploração	8	5.505,00	45.000,00
Fornecimentos e serviços externos	7.1	-31.810,07	112.195,19
Gastos com pessoal	12	-53.285,64	-75.386,94
Outros rendimentos e ganhos	8	5.102,44	1.380,63
Outros gastos e perdas	7.2	-3.836,53	-5.015,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.917,30	-8.629,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-210,00	-956,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.127,30	-9.585,71
Juros e rendimentos similares obtidos	8	0,00	643,84
Juros e gastos similares suportados	7.2	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-4.127,30	-8.941,87
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	11	-4.127,30	-8.941,87

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

Dando cumprimento ao disposto na alínea a) do Artigo 38º dos Estatutos da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer ao Relatório e Contas do Exercício de 2015, apresentados pela Comissão Diretiva.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a gestão Económica e Financeira da Comissão Diretiva (alínea a) do Artigo 38º dos Estatutos).

A apreciação global às Contas teve em consideração os comentários efetuados pela empresa responsável pela contabilidade da APRH, nomeadamente as demonstrações financeiras relativas à posição financeira da APRH em 31 de Dezembro de 2015 e ao resultado das suas operações no exercício findo naquela data.

A Associação, fruto da atividade desenvolvida durante o ano de 2015, regista um resultado líquido negativo de cerca de 4.127 euros, quando no ano de 2014 o resultado se tinha traduzido num prejuízo de 8.941 euros e no ano de 2013 num prejuízo de 8.680 euros, o que nos conduz a um prejuízo, no último triénio, de 21.449 euros.

Neste exercício económico de 2015 assiste-se a um decréscimo do volume de rendimentos operacionais, que passam dos 183.968 euros de 2014 para os actuais 85.015 euros, e a uma redução dos gastos operacionais, que decrescem dos 193.554 euros de 2014 para os atuais 89.142 euros. Estas variações conduzem ao apuramento de resultados operacionais negativos em 2015 de 4.127 euros.

Relativamente aos gastos operacionais, releva-se uma redução relevante nos gastos com pessoal, em que se registou uma redução de 75.387 euros em 2014, para 53.285 euros em 2015. Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos, verificou-se uma redução também significativa de 112.195 euros em 2014 para 31.810 euros em 2015. Esta redução traduz, em parte, os efeitos dos gastos associados ao Congresso da Água realizado em 2014.

Atenta a distinção entre Atividades Gerais, Atividades Editoriais e Atividades Culturais, verifica-se que não houve qualquer proveito e gasto com Atividades Editoriais no ano de 2015. Em relação às atividades culturais, verificou-se um resultado líquido positivo de 19.075 euros, embora este não considere a afetação de gastos com pessoal, que foi alocada na totalidade às Atividades Gerais.

O valor do património da APRH apresenta uma redução dos 199.017 euros de 2014 para 172.698 euros de 2015, que se deve à variação do Resultado Líquido do período e da anulação extraordinária de

quotizações de anos anteriores, que pela sua materialidade (22.191 euros) afetaram também os Resultados Transitados.

O valor total das dívidas a receber no exercício de 2015 é de 66.726 euros, inferiores em cerca de 20.426 euros às dívidas registadas no exercício de 2014, que no entanto resultam da anulação extraordinária de quotizações. Sobre estes valores, recomenda-se que sejam indagadas as reais possibilidades de cobrança, de forma mais ativa junto dos associados e outros devedores, de modo a que no próximo exercício sejam provisionados os valores que se julguem de cobrança duvidosa.

O valor das disponibilidades financeiras da APRH é de 105.997 euros, tendo-se registado uma redução em relação às disponibilidades registadas no final do exercício de 2014, que eram de 115.559 euros.

Releva-se ainda uma redução nos resultados transitados entre o exercício de 2015 e o de 2014, com respetivamente 83.422 euros e 124.082 euros, em que 22,191 euros resultam da anulação extraordinária de quotizações e 8,941 euros do prejuízo de 2014, tendo havido um aumento de 9,527 euros das reservas estatutárias.

Considerando as dificuldades financeiras crescentes na angariação de patrocínios para a realização das iniciativas da agenda da APRH, o Conselho Fiscal congratula a Comissão Diretiva pelo esforço desenvolvido para a melhoria do desempenho financeiro da APRH e pela atividade desenvolvida no decurso do ano em apreciação. O Conselho Fiscal recomenda também que sejam prosseguidos os esforços desenvolvidos em prol da sustentabilidade da APRH.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2016

O Conselho Fiscal

Alexandra Serra

Luís Mesquita David

Eduarda Beja Neves

